



Conselho Regional de Medicina Veterinária

Nº 28 - ano VII - Jan/Fev/Mar de 2009



Impresso Especial
9912215938/ 2008 DR/PR
CONSELHO REGIONAL DE
MEDICINA VETERINÁRIA DO
ESTADO DO PARANÁ
CORREIOS



Empreendedorismo em tempos de crise

Sindivet-PR e Unimed firmam parceria

Entretenimento para animais em cativeiro





14

Empreendedorismo em tempos de crise

04

Carta aos profissionais

05

Transparência

06

Conselho em ação

11

Sindivet-PR e Unimed firmam parceria



18

Pesquisa científica com animais



12

Maringá e Cascavel abrem seminários que propõem mudanças na legislação ambiental

20

Uso prático de opióides para analgesia de cães e gatos

24

A importância do exame eletrocardiográfico em cães e gatos

16

Trânsito internacional de animais



22

Entretenimento para animais em cativeiro

25

Serviço

27

Agenda



Carta aos profissionais



Masaru Sugai: Presidente do CRMV-PR

“Precisamos nos envolver. Orientar sobre riscos, formas de prevenção, procedimentos das campanhas de vacinação...” ●

A importância da educação sanitária na prevenção da febre aftosa

As mudanças na estratégia de vacinação contra a febre aftosa para transformar o Paraná em área livre da doença sem vacinação são iniciativas muito importantes para o desenvolvimento de nosso Estado. Essa medida representa o início de um processo adotado em comum acordo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Estado da Agricultura. Atualmente, a OIE reconhece apenas Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação.

A atuação de médicos veterinários e zootecnistas é de suma importância para o sucesso desta iniciativa. Por termos contato direto com o produtor, é importante que todos os profissionais que atuam no ramo da produção animal auxiliem na conscientização da prevenção da febre aftosa. A educação sanitária é uma aliada do desenvolvimento, pois apenas como conhecimento existe o progresso.

Precisamos nos envolver. Orientar sobre riscos, formas de prevenção, procedimentos das campanhas de vacinação... Além da importância sanitária, adquirir o status de área livre sem vacinação também representa uma ganho significativo para a economia do Estado, já que a exportação será aquecida.

Participem deste processo. Orientem os produtores, pois apenas com informação e formação podemos mudar nosso futuro. ●

Masaru Sugai

Presidente do CRMV-PR

Expediente

Diretoria Executiva:

Presidência: Masaru Sugai
Vice-Presidência: Nestor Werner
Secretaria Geral: Célia Mayumi K. Trentini
Tesouraria: Oscar Lago Pessôa

Conselheiros efetivos:

Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, José Carlos Calleya, Noemy Tellechea Pansard, Ricardo Maia, Ricardo Pereira Ribeiro

Conselheiros suplentes:

Ailton Benini, Amauri da Silveira, Carlos Alberto de Andrade Bezerra, Carlos Henrique Siqueira Amaral, Odete Völz Medeiros, Paulo Amaro Lopes Perpétuo

Comissão Editorial:

Noemy Tellechea Pansard (presidente), Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, Ricardo Pereira Ribeiro

Jornalista Responsável:

Gabriela Roussenq Sguarizi
jornalismo@crm-v-pr.org.br

Estagiária:

Suelen Santos

Tiragem:

10 mil exemplares

Impressão:

Gráfica Graciosa

Projeto Gráfico:

Abissal Design & Comunicação
www.abissaldesign.com.br

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná

Rua Fernandes de Barros, 685 - Alto da XV
CEP: 80040-200 - Curitiba - Paraná
Fone/Fax: (41) 3263-2511
www.crmv-pr.org.br

As matérias e artigos assinados não representam necessariamente a opinião da Diretoria do CRMV-PR.

Transparência

Demonstrativo de Receitas e Despesas

Período: de Janeiro a fevereiro/2009

Receitas	R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas	624.547,30	41,65%
Anuidades de Pessoas Jurídicas	778.194,21	51,89%
Subtotal	1.402.741,51	93,54%
Receitas com Aplicações Financeiras	18.739,07	1,25%
Receitas com Inscrições	12.730,00	0,85%
Expedição de Carteiras	3.523,70	0,23%
Expedição de Certidões	-	0,00%
Expedição de Certificações	8.558,97	0,57%
Receita de Dívida Ativa	36.765,53	2,45%
Transferências do CFMV	-	0,00%
Outras Receitas (*)	16.557,44	1,10%
Alienação de Bens Móveis	-	0,00%
Total (A)	1.499.616,22	100,00%

Ítems	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal	175.794,86	44,39%
(2)*	Material de Consumo	4.575,92	1,16%
(3)*	Serviços de Terceiros e Encargos	2.126,42	0,54%
(4)*	Outros serviços e Encargos	211.613,70	53,43%
(5)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	330,00	0,08%
(6)*	Equipamentos e Material Permanente	1.591,00	0,40%
(7)*	Aquisições e Inversões	-	0,00%
	Total (B)	396.031,90	100,00%

Superávit Orçamentário: C=A-B

1.103.584,32

73,59%

(*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição/registo, Multas p/falta RT, Multas p/ausência a Eleição, Indenizações e Restituições (custas processuais), Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades PF e PJ, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas

(**) A relação percentual é do Superávit obtido em relação à Receita ((C/A)x100), ou seja quanto da receita não foi comprometida pela despesa.

Méd. Vet. Masaru Sugai

CRMV-PR N° 1797

Presidente

Jorge Alves de Brito

CRC/PR 028374-0/O

Contador

Detalhamento de Despesas

(1)* Salários, Gratificação por Tempo de Serviço, Gratificação de Função, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Gratificação 1/3-Constituição, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/babá, INSS, FGTS, PIS; Indeniz;

(2)* Artigos de expediente, Despesas c/ Veículos, Art. Material Limpeza/Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat. Acess. p/Máq. e Apar., Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo;

(3)* Prestação de Serviços de Autônomos e INSS s/Serviços Prestados;

(4)* Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Locação de Móveis e Imóveis, Telefone, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria e Conselheiros, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Serviços de Informática;

(5)* Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da Sede/Delegacias Regionais do CRMV-PR;

(6)* Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Copa e Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Informática, Aparelhos de Intercomunicações, Veículos e Aparelhos de Foto Cinematográficos;

(7)* Aquisição de Imóveis, Tit. Represent. Capital Integralizado, Aquisição de Outros Bens de Capital.

Entrega de cédulas

17/12/2008 - Curitiba
19/12/2008 - Maringá
27/01/2009 - Paranavá
28/01/2009 - Curitiba
29/01/2009 - Cascavel
30/01/2009 - Maringá
30/01/2009 - Londrina
20/02/2009 - Curitiba
05/03/2009 - Jacarezinho
05/03/2009 - Londrina



Nota

Delegacia de Londrina inaugura nova sede

A sessão plenária do CRMV-PR do mês de abril foi realizada em Londrina (PR), nos dias 6 e 7 de abril, no Hotel Sumatra. Os diretores e conselheiros do CRMV-PR aproveitaram a oportunidade também para participar da inauguração da nova sede da Delegacia Regional do Conselho em Londrina, que aconteceu no dia 6 de abril, às 18h. Além dos membros do CRMV-PR, comparecem à inauguração diversos profissionais da região e autoridades locais.

Localizada no edifício Júlio Fuganti, a nova sala comercial com cerca de 120m² adquirida em 2008 pelo CRMV-PR é mais espaçosa que a anterior, o que possibilitará um melhor atendimento aos profissionais. Após um período de estudos arquitetônicos e de reformas, a nova sede da Delegacia foi totalmente reestruturada, proporcionando um melhor aproveitamento de espaço. Agora, os profissionais da região podem contar também um miniauditório para a realização de reuniões e palestras com capacidade para 20 pessoas, aproximadamente.

Na opinião do presidente do CRMV-PR, a nova sede representa um ganho para os médicos veterinários e zootecnistas londrinenses. "..."

A nova sede da Delegacia Regional fica na Avenida Senador Souza Naves, 9 - sala 511, no Centro de Londrina.

Nota

Especialização a distância sobre sanidade animal

No próximo mês de agosto, terá início o curso de especialização a distância em Sanidade Animal. Com mais de 200 telessalas em todo o Estado, as aulas serão ministradas ao vivo, o que proporciona uma maior interatividade entre aluno e professor. O curso é uma promoção do Instituto Tecnológico do Paraná (TECPAR) e conta com o apoio da SEAB-PR, do Senar, da Emater-PR e do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

O curso, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abordará boas práticas de produção, epidemiologia básica, programas sanitários, zoonoses, sistemas de qualidade e educação e comunicação em saúde animal.

Informações: edutec@tecpa.br ou (41) 3316.3092

Nota

Erramos

- Diferentemente do informado na matéria "Gestão 2008/2011 toma posse", na página 17, 27ª edição, a afirmação de que o médico veterinário Oscar Lago Pessoa, tesoureiro do CRMV-PR, foi responsável pelo Laboratório Central do Estado por 11 anos não está correta. Pessoa trabalhou durante 11 anos no Lacen, não tendo sido responsável pelo órgão. Na iniciativa privada, também acumula larga experiência em responsabilidade técnica de supermercados.
- A médica veterinária Ana Paula Angelucci Contente, mestre em Saúde Animal, Saúde Pública Veterinária e Segurança Alimentar, entrou em contato com a Revista CRMV-PR para alertar sobre um equívoco publicado na 27ª edição no texto Raiva Desmodina, página 24. "O resultado foi visível: os animais tornaram-se sadios e a produção voltou a crescer." Neste trecho, pode-se entender que os animais em quadro de raiva se recuperaram e sobreviveram à doença". A raiva é uma doença aguda do Sistema Nervoso Central que pode acometer todos os mamíferos. Não há tratamento e a doença é invariavelmente fatal, uma vez iniciados os sinais clínicos.
- A Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais e a Sociedade Brasileira de Dermatologia Veterinária, ao contrário do que informa a matéria "CFMV cria cédula de especialista", página 12, não são habilitadas para a concessão de títulos de especialistas.

Colação de Grau

O CRMV-PR participa das formaturas promovidas pelas faculdades Medicina Veterinária e Zootecnia de todo o Estado. Nestas solenidades, os representantes do CRMV-PR também homenageiam os acadêmicos que obtiveram o melhor desempenho no decorrer do curso, entregando-lhes um Diploma de Honra ao Mérito. De dezembro a fevereiro deste ano, o Conselho marcou presença nas seguintes solenidades ●

Colação de Grau Medicina Veterinária UENP – Campus Luiz Meneghel

Data: 18/12/2008

Diploma de Honra ao Mérito a Caio Augusto Muller Rosas e Juan Magalhães Ojas

Colação de Grau Medicina Veterinária Unioeste – Campus Mal. Cândido Rondon

Data: 19/12/2008

Diploma de Honra ao Mérito a Douglas Batista Lazzeri

Colação de Grau Medicina Veterinária UEM – Campus Umuarama

Data: 17/01/2009

Diploma de Honra ao Mérito a Fabio Morrotti

Colação de Grau Medicina Veterinária CIES – Campo Mourão

Data: 29/01/2009

Diploma de Honra ao Mérito a Maurício Deschk

Colação de Grau Medicina Veterinária PUC-PR – Campus Toledo

Data: 30/01/2009

Diploma de Honra ao Mérito a Carmen Rejane Krampe

Colação de Grau Medicina Veterinária Tuiuti – Campus Curitiba

Data: 06/02/2009

Diploma de Honra ao Mérito a ???

Colação de Grau Zootecnia UFPR – Campus Curitiba

Data: 11/02/2009

Diploma de Honra ao Mérito a Flávio Manabu Yuri

Colação de Grau Medicina Veterinária UFPR – Campus Curitiba

Data: 19/02/2009

Diploma de Honra ao Mérito a Ana L. Grazziotin

Colação de Grau Medicina Veterinária PUCPR – Campus Curitiba

Data: 27/02/2009

Diploma de Honra ao Mérito a Francine Paula Gemmi

CRMV-PR recebe indicações para prêmios

O CRMV-PR está consultando as entidades de classe e faculdades de Medicina Veterinária e Zootecnia de todo o Estado sobre a indicação de nomes de profissionais para receber os prêmios Paulo Dacorso Filho e Octávio Domingues. Os prêmios são concedidos anualmente pelo CFMV aos profissionais que tenham prestado relevantes serviços à ciência veterinária e à zootecnia para o desenvolvimento agropecuário do País. Os currículos dos indicados deverão ser enviados ao CRMV-PR até dia 29 de maio.

O Prêmio Paulo Dacorso Filho é destinado para médicos veterinários e o Prêmio Octávio Domingues para zootecnistas. As indicações recebidas pelo Conselho Regional serão apreciadas em sessão plenária com todos os conselheiros e diretores, os quais procederão a votação para definir apenas um nome de médico veterinário e outro de zootecnista. Estes nomes serão as indicações paranaenses para a outorga dos prêmios.

As indicações de todo o País serão submetidas à avaliação da plenária do CFMV para definir os profissionais agraciados. ●

Consultas, atualizações e emissões de certidões on-line



O novo Sistema de Cadastro de Profissionais e Empresas (Siscad), desenvolvido pelo CFMV, já está funcionando plenamente com a base de dados do CRMV-PR. Com a nova ferramenta estão disponíveis os serviços de consulta pública de profissionais e empresas, atualização de dados, emissão de boletos e certidões. ●

Acesse: www.cfmv.org.br/siscad

Quem nos deixou

É com extremo pesar que o Conselho informa o falecimento dos profissionais:

- Vanessa Galvão de Mello
Méd. Veterinário
CRMV-PR nº 4.842 VP 19/11/2008
- Adão Geiss
Zootecnista
CRMV-PR nº 0002 ZP 30/11/2008
- Fernandes Luiz Dotto
Méd. Veterinário
CRMV-PR nº 1.637 22/01/2009

Empossada nova diretoria do Núcleo de Cornélio Procópio

Foi realizada na noite de 4 de fevereiro, em Cornélio Procópio, a solenidade de posse da nova diretoria do Núcleo Regional de Médicos Veterinários Gestão 2009/2010. Na solenidade, realizada na Casa Rural "Antônio Vilela", o presidente do CRMV-PR Masaru Sugai recebeu o título de Sócio Benemérito. Na opinião de Fauze Gomes Gebara, ex-presidente do Núcleo Regional, a homenagem ao presidente do Conselho se justifica "pelos relevantes serviços prestados a esta sociedade e também à toda a classe médica veterinária". ●

SPrMV - Núcleo Regional de Cornélio Procópio

Diretoria Biênio 2009-2010

Presidente:

Luciana Emanuela Pereira

Vice-Presidente de

Administração:

Ricardo Takashi Endoh

Vice-Presidente

Técnico-Científico:

Maurício de Rosis Filho

Vice-Presidente de Comunicação

Social:

Oscar Francisco Balarin

Vice-Presidente de Política

Profissional:

Floriovaldo Heriberto Calderon

1º Secretário:

Camila Quadros Brant de Carvalho

2º Secretário:

Mário Ribeiro Júnior

1º Tesoureiro:

Fábio Mauro Segabinazzi Júnior

2º Tesoureiro:

André Luiz Olivieri Pacheco

Conselho Fiscal:

José Mendes de Oliveira

Antônio Roberto Dalossi

Rubens César Pinto da Silva

Suplentes Conselho Fiscal:

Carlos Roberto Moreira

Fauze Gomes Gebara

João Ricardo Paiva Gatti

Conselho Deliberativo:

Luiz Guilherme G. Martins

Sérgio T. Hamada

Adriano Kagueama

Suplentes Conselho Deliberativo:

Clóvis Franco de Souza

Celina Kagueama

Márcio de Oliveira Marques

Conselho Consultivo:

Oscar Francisco Balarin

Carlos Roberto Moreira

Mário Ribeiro Júnior

Yassuo Curiaki

Fábio Mauro Segabinazzi Júnior

Fauze Gomes Gebara

José Antônio Ferraz Derbli

Inscrições abertas para os Seminários de RT 2009

Estão abertas as inscrições para os Seminários de Responsabilidade Técnica de 2009. Ao todo serão promovidos no decorrer do ano em todo o Estado 11 encontros. As próximas cidades a receber o seminário são:

- Curitiba (22/05/2009)
- Guarapuava (26/06/2009)
- Cascavel (21/08/2009)
- União da Vitória (11/09/2009)
- Maringá (25/09/2009)
- Ponta Grossa (23/10/2009)
- Pato Branco (06/11/2009)

- Bandeirantes (20/11/2009)
- Curitiba (4/12/2009)

Atendendo a solicitações de participantes, este ano foi incorporada ao evento em algumas cidades a palestra do professor de Zootecnia da UEM, Ricardo Pereira Ribeiro. Ele abordará com mais ênfase a atuação do zootecnista na responsabilidade técnica.

As inscrições podem ser feitas através do site, via fax, telefone ou pessoalmente, na sede e nas delegacias regionais do CRMV-PR. ●

Médico veterinário na São Silvestre

Em sua 5ª participação na tradicional corrida de São Silvestre, no dia 31 de dezembro de 2008, o médico veterinário João Marcos Baroni, 64 anos, completou novamente o percurso de 15 km pelas ruas de São Paulo.

Com um tempo de 2 horas e 21 minutos, o médico veterinário cruzou a linha de chegada em 464º na classificação por faixa etária. ●

Audidores do Mapa visitam Paraná

A equivalência entre os sistemas de inspeção federal, estadual e municipal, prevista pelo Decreto 5.741/2006 que criou o Sistema Brasileiro de Inspeção (Sisbi/POA), está se tornando uma realidade no Paraná. Para conhecer a estrutura do serviço de inspeção estadual, avaliar toda a documentação e visitar alguns estabelecimentos, cinco auditores do Ministério da Agricultura vieram a Curitiba no início de fevereiro para aferição in loco. “Esta visita tem o cunho principal de orientar os profissionais do serviço de inspeção estadual, tirando dúvidas e adequando ações”, dizem os auditores.

Sisbi/POA

O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi/POA) tem como objetivo harmonizar e padronizar os procedimentos de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal em todo o País, ou seja, uniformizar os sistemas de inspeção municipais e estaduais com as normas e procedimentos do SIF.

Através de uma chancela na embalagem, como atualmente são identificados os produtos com SIM, SIP e SIF, os produtos passarão a ser comercializados em todo o território nacional, o que era proibido anteriormente pela Lei 7.889/89. Esta lei, ainda em vigor, estabelece que os produtos com SIM podem ser comercializados apenas na jurisdição do município de origem e os que são identificados com o SIP, vendidos no território do Estado.

A integração ao Sisbi/POA por parte dos estados e municípios é voluntária e concedida mediante a comprovação de equivalência de estrutura, legislação e equipe. Os estados e municípios que optarem pela não adesão permanecem regidos pela Lei 7889/89.

A adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção acontece em cadeia, ou seja, é necessário que o Estado esteja integrado para depois os municípios solicitem o reconhecimento de equivalência. No entanto, com a anuência do Estado, em caráter excepcional e transitório, o Mapa poderá supervisionar diretamente

os serviços de inspeção dos municípios enquanto o estado esteja em processo de adesão ao Sisbi/POA.

Conforme informações do Ministério da Agricultura, estão em processo de reconhecimento os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Para obtenção da equivalência dos serviços de inspeção, o Mapa exige que os estados e municípios garantam infraestrutura administrativa (através de pessoal capacitado, estrutura física, sistemas de informação e infra-estrutura para desenvolvimento dos trabalhos); inocuidade e qualidade dos produtos de origem animal (com ferramentas de autocontrole e atividades de inspeção tecnológica e higiênico-sanitária); prevenção e combate à fraude econômica e controle ambiental. Portanto, devem comprovar que têm condições de executar a inspeção e avaliar a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal com a mesma eficiência do Ministério.

No Paraná quem está coordenando a integração do Estado ao Sisbi/POA é o médico veterinário João Carlos Rocha Almeida, chefe da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da SEAB. ●



CONSELHO REGIONAL
DE MEDICINA VETERINÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL
CENSURA PÚBLICA EM
PUBLICAÇÃO OFICIAL
PENA DISCIPLINAR APLICADA
AO MÉDICO VETERINÁRIO

Alan Rogiu do Nascimento - CRMV-PR 5191

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto 64.704/1969, consoante ACÓRDÃO exarado em 11.12.2008, contido nos autos de Processo Ético-Profissional n.º 3565/2007, vem executar a pena de “CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL”, nos termos da alínea ‘c’ do artigo 33 da Lei 5.517/1968 ao Médico Veterinário ÁLAN ROGIU DO NASCIMENTO – CRMV/PR n.º 5191, por infração ao Art. 27 do Código de Ética do Médico Veterinário.

Curitiba, 04/02/2009.

Méd. Vet. Masaru Sugai
Presidente



CONSELHO REGIONAL
DE MEDICINA VETERINÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL
CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL
PENA DISCIPLINAR APLICADA
AO MÉDICO VETERINÁRIO

Márcio Nogueira Fioroni - CRMV-PR 4025

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto 64.704/1969, consoante ACÓRDÃO exarados em 27.03.2008 (CRMV-PR) e em 07.11.2008 (CFMV), contidos nos autos de Processo Ético-Profissional n.º 8511/2007, vem executar a pena de “CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL”, nos termos da alínea ‘c’ do artigo 33 da Lei 5.517/1968 ao Médico Veterinário MÁRCIO NOGUEIRA FIORONI – CRMV/PR n.º 4025, por infração ao Capítulo I – Princípios Fundamentais – Art. 1º; Capítulo II – Dos Deveres Profissionais – Art. 6º - inciso VI e X; Capítulo V – Da Responsabilidade Profissional – Art. 14 – incisos I, III, VI e VIII do Código de Ética do Médico Veterinário.

Curitiba, 04/02/2009.

Méd. Vet. Masaru Sugai
Presidente

Acórdão CFMV nº 9/2008

Votação: Unânime

Julgamento: 7/11/2008

Ementa: Serviço de Banho e Tosa. Administração de Sedativo. Desconhecimento da Farmacodinâmica e da Farmacocinética. Sobredosagem. Falta de Autorização do Proprietário. A administração de sedativos exige o prévio conhecimento acerca do mecanismo de ação do fármaco e de reação do organismo do animal. A prática de ato profissional, ressalvada a situação de iminente risco de morte ou de incapacidade, exige o prévio consentimento do proprietário. Confirmação da decisão do CRMV-PR. Pena: Censura Confidencial (CFMV).

Acórdão CFMV nº 10/2008

Julgamento: 7/11/2008

Votação: Unânime

Ementa: Processo Ético-Profissional. Denúncia. Manifestações injuriosas ao médico veterinário. Incompetência do CFMV/CRMVs. Banho e tosa. Queimaduras e óbito decorrentes da secagem. Responsabilidade. As questões relativas a assuntos outros que não a conduta ética dos profissionais inscritos no Sistema CFMV/CRMVs fogem de sua competência, devendo o profissional ofendido e prejudicado buscar as vias ordinárias para responsabilização cível e criminal. O médico veterinário, ainda que não executor direto do serviço, responde técnica e deontologicamente pelos atos de seus prepostos, porquanto responsável técnico do estabelecimento. A exposição de animal a secador por tempo excessivo e a elevada temperatura implica na responsabilização do profissional, o que ressalta quando da exposição do animal quando da exposição decorreram queimaduras e óbito. Denúncia julgada improcedente.

Acórdão CFMV nº 12/2008

Votação: Unânime

Julgamento: 7/11/2008

Ementa: Procedimento cirúrgico. Exigência de conhecimento técnico. Necessidade de local com instalações e equipamentos adequados. 1. À luz das Resoluções CFMV nº 130, de 1974, e 875 de 2007, a legitimidade para oferecimento de denúncia não é limitada ao proprietário do animal, sendo, em verdade, possibilitada a qualquer pessoa. 2. As manifestações escritas oferecidas extemporaneamente não podem permanecer nos autos, devendo ser desentranhadas. 3. É atribuição do Conselho Instrutor diante dos fatos e alegações, acolher, ou não, contradita de testemunha alegada pelas partes. 4. A realização de cirurgias exige o preparo e conhecimento técnico do profissional, bem como depende do respeito às condições de instalações e equipamentos definidos na Resolução CFMV nº 670, de 2000. Mantida decisão do CRMV-PR. Pena: Censura confidencial (CFMV).

Acórdão CRMV-PR nº 18/2008

Julgamento: 18/11/2008

Votação: Unânime

Ementa: Médico Veterinário. Negligência. Morte de cão

causado em decorrência de serviços de banho e tosa em estabelecimento comercial na qual o Médico Veterinário presta serviços de responsabilidade técnica. Responsabilidade pela morte do animal no interior do estabelecimento mesmo que ausente, pois não foram tomados os devidos cuidados necessários. Violação do artigo 14, inciso I do Código de Ética do Médico Veterinário. Denúncia julgada procedente. Pena: Levíssima – Advertência confidencial.

Acórdão CRMV-PR nº 020/2008

Julgamento: 17/07/2008

Votação: Unânime

Ementa: Maus tratos. Empresa de aluguel de cães. Responsável técnico. Denunciante aponta problemas relacionados ao estado de saúde dos animais e condições higiênico-sanitárias do local. Óbito de um dos animais citados na denúncia. Provas concretas quanto aos dados contidos na denúncia. Infração aos artigos 13, XXI, 14, I, III, VII e VIII e 25 I e II e 26, III do Código de Ética do Médico Veterinário. Procedência da denúncia. Aplicação da penalidade de censura pública ao profissional.

Acórdão nº 024/2008

Julgamento: 09/10/2008

Votação: Unânime

Ementa: Denúncia em face de Médica Veterinária por supostas irregularidades na não solicitação de exames pré-operatórios, realização de cirurgia em local não adequado, utilização de anestésico em excesso, técnica deficiente de sutura, diagnóstico incorreto de nefropatia e não cumprimento da programação da cirurgia. Suposta negligência no atendimento ao animal. Ausência de prova dos fatos alegados pelo Denunciante. Denúncia julgada improcedente. Arquivamento do referido processo.

Acórdão nº 025/2008

Julgamento: 09/10/2008

Votação: Unânime

Ementa: Denúncia contra Médica Veterinária, em decorrência de suposta fraude em exames de Tuberculose realizados em 10 (dez) animais. Provas testemunhais que comprovam a realização dos exames por parte da profissional. Denúncia julgada improcedente. Arquivamento do referido processo.

Acórdão nº 026/2008

Julgamento: 06/11/2008.

Votação: Maioria de Votos

Ementa: Denúncia contra Médica Veterinária, em decorrência de suposta negligência no atendimento a animal. Por maioria de votos os Conselheiros do CRMV/PR acolheram o parecer da relatora, a fim de julgar improcedente a denúncia e arquivamento do referido processo.

Acórdão nº 027/2008

Julgamento: 06/11/2008

Votação: Maioria de Votos

Ementa: Denúncia em face de Médica Veterinária por suposta acumulação de cargo de inspetora (funcionária pública municipal) e responsável técnica de estabelecimento frigorífico. Suposta negligência da responsável técnica no momento do abate de animais. Impossibilidade de acumulação. Infração ao dispositivo constante nos artigos 14, inciso II; e 27 da Resolução n.º 722/2002 (Código de Ética). Denúncia julgada procedente. Pena: Censura confidencial.

Acórdão do CRMV-PR nº 028/2008

Julgamento: 11/12/2008

Votação: Unânime

Ementa: Denúncia contra Médico Veterinário, em decorrência da incompatibilidade das funções de Chefe da Vigilância Sanitária e Responsabilidade Técnica, conforme estabelece o art. 27, do capítulo XI, da Resolução do CFMV de nº 722 de 16/08/2002 e também por ser o profissional reincidente em responder a processo ético. Denúncia julgada procedente. Pena: Censura Pública.

Acórdão do CRMV-PR nº 029/2008

Julgamento: 11/12/2008

Votação: Maioria dos Votos

Ementa: Denúncia contra Médico Veterinário, em decorrência da emissão de dois atestados sem o devido preenchimento (assinados em branco) e preenchimento de duas autorizações de trânsito de cães e gatos em desconformidade com as normas da área da veterinária (sem descrição de raças, sexo ou informações que permitam identificar os animais a serem transportados); entregando ao criador, vendedor dos animais para uso em feira de filhotes para preenchimento posterior por terceiros. Denúncia julgada procedente. Pena: Censura Confidencial.

Acórdão CRMV-PR nº 30/2008

Votação: Unânime

Data do Julgamento: 11/12/2008

Ementa: Denúncia. Indicação de insulina à paciente. Observação de que a insulina cedida pelo profissional estava vencida há 1 ano e 8 meses. Óbito do animal. Negativa pela proprietária do animal dos procedimentos indicados pelo profissional. Opção da mesma por analgésicos e antiinflamatórios. Óbito que se deu em virtude da gravidade das patologias apresentadas pelo animal, portador de alterações hepáticas e pancreáticas. Conduta clínica do profissional que encontra amparo no artigo 10 da Resolução CFMV 722/2002. Denúncia julgada improcedente.

Sindivet-PR e Unimed firmam parceria



Cezar Amin Pasqualin, presidente do Sindivet-PR, e Manoel Almeida Neto, vice-presidente da Unimed-Paraná, assinam o convênio que prevê um plano de saúde especial para profissionais sindicalizados. ●

Não é de hoje que o Sindivet-PR tem a iniciativa de se antecipar às necessidades de seus Médicos Veterinários sindicalizados na área assistencial. O objetivo é sempre proporcionar segurança e economia. Em relação à Assistência à Saúde não poderia ser diferente, principalmente em função do acesso muitas vezes limitado ao atendimento de saúde com qualidade.

Para tanto, iniciamos no mês de agosto de 2008 uma série de reuniões junto à Unimed Federação do Paraná para construir um plano de saúde inédito com melhores benefícios, para os padrões comparativos entre as demais ofertas de planos de saúde existentes no mercado. Tivemos a preocupação de estender, ainda no início das negociações, a participação para mais cinco sindicatos (zootecnistas, administradores, técnicos agrícolas, economistas e secretárias).

Os trabalhos de estruturação da proposta culminaram na formatação de uma parceria dos sindicatos com a Unimed-Paraná, assinando um termo de cooperação técnica, no dia 18 de fevereiro de



Da esquerda para direita: Mario Tadaiti Iria, diretor de mercado da Unimed-Paraná; Cezar Amin Pasqualin, presidente do Sindivet-PR; Manoel Almeida Neto, vice-presidente da Unimed-Paraná; Masaru Sugai, presidente do CRMV-PR; (ao fundo) Oscar Lago Pessôa, tesoureiro do CRMV-PR; Nestor Werner, vice-presidente CRMV-PR; Elza Maria Galvão Ciffoni Arns, 1ª secretária do Sindivet-PR; e Demétrio Reva, vice-presidente do Sindivet-PR. ●

2009, numa cerimônia com a participação de muitas autoridades e representantes dos setores envolvidos.

A Unimed é sem dúvida uma das melhores e maiores redes de plano de saúde do país. Contando com 74,9% de abrangência no território nacional e atendendo 15,1 milhões de clientes, a Unimed passa a oferecer aos nossos profissionais uma opção de plano de saúde com custos diferenciados, com livre escolha de médicos cooperados (106 mil médicos), hospitais e clínicas credenciadas.

Melhor de tudo: a relação usuários/plano de saúde é direta com a Unimed-PR (carteirinhas, contatos e pagamentos), cabendo ao Sindivet-PR e ao Sinzooopar o primeiro contato para informar se o profissional é associado ao sindicato, o que garante as vantagens e conseqüente adesão ao plano.

Se você não tem plano de saúde, ou já possui, faça uma pesquisa dos preços praticados pelos planos existentes, inclusive da própria Unimed, sem a parceria com os Sindicatos e verá que esta oportunidade é única. O prazo estabelecido para adesão ao plano sem carência é termina dia 15 de abril de 2009.

Destacamos, ainda, a parceria e o apoio do CRMV-PR através do seu presidente Masaru Sugai e toda a diretoria.

Lembre-se, estamos trabalhando no Sindivet-PR de maneira voluntária para buscar o melhor para a classe

veterinária. Participe, dê sua opinião! Vamos juntos construir uma classe cada vez mais forte! ●

Informações detalhadas sobre o Plano de Saúde no site www.sindivetpr.com.br ou através do telefone (41) 3029-0159 – número exclusivo para estes atendimentos junto ao sindicato – ou (41) 3322-0151 – este como uma segunda opção.

Cezar Amin Pasqualin

Presidente Sindivet-PR



Representantes da Unimed-Paraná posam para foto com representantes do Sindivet-PR, Sinzooopar, Sintea-PR (Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médico do Estado do Paraná); Sinaep (Sindicato dos Administradores do Estado do Paraná); Sindecon (Sindicato dos Economistas do Paraná); e Sinsepar (Sindicato das Secretárias do Estado do Paraná); Senge-PR (Sindicato dos Engenheiros do Paraná); e CRMV-PR. ●

Maringá e Cascavel abrem seminários que propõem mudanças na legislação ambiental



Preservar o meio ambiente é responsabilidade de toda a sociedade. Esta é uma opinião unânime entre os produtores rurais e lideranças da agropecuária que participaram no dia 20, em Maringá e Cascavel, da reunião em que foram apresentadas as propostas de alteração do Código Florestal Brasileiro.

Na abertura do encontro em Maringá, que reuniu cerca de 1.500 participantes, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, ressaltou algumas distorções da legislação ambiental que, em alguns casos, estão inviabilizando setores da economia. Reforçado pelo discurso do presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Vitor Hugo Burko, Meneguette destacou o momento como oportuno para se propor emendas na legislação vigente e até a aprovação de um novo Código Florestal.

Em Cascavel, sob um "mar dos bonés verdes" de quase dez mil produtores rurais do oeste, a FAEP e o IAP relataram as questões ambientais e os problemas do código florestal.

A grande reunião foi realizada no Centro de Convenções de Cascavel, com a participação

do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, onde o presidente Ágide Meneguette, ao afirmar que "o produtor rural não é bandido, e portanto não merece que a polícia entre na sua propriedade e o leve algemado e no camburão", foi aplaudido de pé. O presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, disse "que o IAP é parceiro e está de portas abertas para construir com vocês um boa política ambiental."

Exigências

Segundo Ágide Meneguette, o governo federal está se conscientizando da impraticabilidade das exigências no Código. "O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, com argumentos científicos, tem defendido mudanças na legislação", afirmou. Meneguette lembrou que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, também percebeu que é necessário mudar o Código. "Recentemente, estive com o presidente da República, em audiência que ele concedeu à nova diretoria da CNA. E ele se mostrava indignado com os abusos na fiscalização de propriedades, com prisão e multas para velhos produtores em fazendas centenárias", disse.

Ao comentar a necessidade de alterar o Código Florestal, Meneguette citou a vigência do Decreto 6.686, que dá prazo até dezembro para a averbação da reserva legal. "O que é humana e tecnicamente impossível. O que precisamos, na verdade, não é a prorrogação do prazo do Decreto. Mas sim, que a lei permita que as matas ciliares sejam também contadas dentro da reserva legal", informou.

O presidente da FAEP ainda lembrou que, no Paraná, onde quase 90% das propriedades são pequenas e médias, considerar 20% de reserva é inviável. "Em alguns casos, quando há várias nascentes na propriedade, até 30% da área tem que ser deixada como reserva legal. Com isso, o produtor fica economicamente inviabilizado de explorar sua propriedade. Será uma verdadeira reforma agrária às avessas, tirando o homem do campo e colocando ele na cidade. E ninguém, na sociedade, quer mais pobreza no Brasil", disse.

Ao ser comentada a necessidade de mudanças na legislação ambiental, o presidente do IAP informou que a fiscalização das propriedades está mudando. "Ela está se

"Essas reuniões são muito importantes porque o pessoal ainda não percebeu o quanto vamos perder da nossa produtividade. E, em 10 ou 20 anos, a fome vai estar por aí" ●

tornando uma coisa menos conflitiva com a sociedade. As multas serão gerenciadas de outra forma, de jeito mais eficiente e mais transparente. Tudo isso faz parte de um processo pelo qual estamos passando e temos que passar. Que é o aprimoramento das nossas normas e a definição objetiva das relações que temos que ter em sociedade para conseguirmos viver bem e garantir a sobrevivência das futuras gerações", afirmou Burko.

No final do encontro, o senador Osmar Dias ressaltou a importância de pressionar representantes do Legislativo para que as propostas sejam votadas na Câmara já no primeiro semestre e no Senado, a partir do segundo semestre. "Com essas propostas, dá para defender (alteração na legislação). Vamos fazer de tudo para aprovar", afirmou. Como produtor, Dias defendeu a preservação ambiental. "É possível preservar mais para produzir mais", disse. Segundo ele, programas de preservação de recursos naturais no Paraná são responsáveis pela alta a produtividade do estado.

Também participaram do encontro o vice-líder do Governo na Câmara Federal, deputado Ricardo Barros, deputados federais e estaduais. O evento foi realizado pelo Sistema FAEP. E contou com importante mobilização do Sindical Rural de Maringá e de outros sindicatos rurais da região.

Ponto de partida - A reunião de Maringá foi a primeira de uma série de oito reuniões sobre meio ambiente que acontecem no Paraná. O presidente do Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais do Norte e Noroeste do Paraná (Nurespar), Guerino Gandolini, disse que, com os encontros, será possível avançar no propósito de mudar o Código Florestal. "Essas reuniões são muito importantes porque o pessoal ainda não percebeu o quanto vamos perder da nossa produtividade. E, em 10 ou 20 anos, a fome vai estar por aí", comentou.



Stockxpert

Já o presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi, espera que os congressistas percebam que é necessário mudar. "E que a sociedade, como um todo, entenda que essa conta não pode ser atribuída só ao produtor rural", disse. Borghi ainda lembrou que todos querem água limpa e ar puro. "O produtor não se sente bem e nem confortável quando ele vê sua mata ciliar preservada, sua propriedade com plantio direto e com outras atividades

conservacionistas e, por outro, lado a água que passa por sua propriedade poluída, cheia de resíduos, espuma e embalagem PET. Por isso, meio ambiente é compromisso de todos", afirmou.

Em Cascavel participaram do evento os deputados Alfredo Kaefer, Moacir Michelletto, Dilceu Sperafico, Eduardo Sciarra, Ricardo Barros, o prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, o senador Osmar Dias e o ministro Reinhold Stephanes. ●

Empreendedorismo em tempos de crise



“No mundo dos negócios quem busca a ampliação e a aplicação correta de seu conhecimento, sente prazer, gosta do que faz, sente-se integrado à comunidade, à organização e ao ambiente técnico está fadado ao sucesso.” ●

“No mundo dos negócios quem busca a ampliação e a aplicação correta de seu conhecimento, sente prazer, gosta do que faz, sente-se integrado à comunidade, à organização e ao ambiente técnico está fadado ao sucesso.” A frase, do administrador e médico veterinário, Ivonei Afonso Vieira, também conselheiro do CRMV-PR, contextualiza a busca incessante e diária de empresas por colaboradores que também tenham características de empreendedores.

Ivonei explica que “o empreendedor é aquela pessoa que deseja realizar, executar, deixar sua marca. Aquele que se distingue das outras e consegue com isso fazer a diferença. Para isso, um desafio é o ponto de partida e todo desafio só é aceito quando

se supera os riscos desencadeados na busca de novos caminhos na execução de um empreendimento. É ter autodeterminação. É superar obstáculos. Transformar idéias em fatos e não se conformar com a rotina que leva o sucesso de forma lenta e muitas vezes ao insucesso irreversível.” Ou seja, eles veem oportunidades de negócios onde os outros enxergam apenas ameaças.

Aqui um ponto que merece destaque é o fato de que o empreendedor não necessariamente precisa ser o empresário. Em uma entrevista ao programa Mundo Corporativo, do jornalista Heródoto Barbeiro, na Rádio CBN, o professor da Business School de São de Paulo, Álvaro Mello, afirmou que “a gente considera que o

empreendedor seja um agente de inovação na busca por soluções, novos produtos e serviços, independente se dele ter o próprio negócio ou ser empregado. A única diferença entre o empreendedor autônomo e o empreendedor corporativo é o risco. Eles têm as mesmas características”.

Com o passar dos anos, o mercado de trabalho foi se modificando e absorveu novas necessidades, com o surgimento de novos nichos de mercado. “Hoje em dia os empregos tradicionais estão cada vez mais difíceis, seja por dificuldades da carga tributária brasileira ou por imposições da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com isso, o mercado passou a exigir do profissional um perfil empreendedor”,



Gabriela Sguarizi

“Nosso objetivo é atender em cirurgia geral e ortopédica, clínica de emergências e ainda oferecer opção aos consultórios internarem seus pacientes em nossas instalações.” ●

argumenta o zootecnista Ferenc Istvan Bánkuti, docente da Universidade Estadual de Maringá das disciplinas de Gestão Agroindustrial e Gestão Ambiental.

Um novo ramo de mercado que tende a se expandir nos próximos anos, acredita Ferenc, é a consultoria em ciências agrárias. Segundo ele, as empresas passaram por momentos de grande crescimento, no entanto, neste momento de dificuldade financeira “é necessário queimar as ‘gorduras’ para que os preços sejam reduzidos e a capacidade competitiva dos produtos ampliada. As consultorias independentes tendem a prosperar justamente neste quesito”.

Observar mudanças, antecipar necessidades e criar novas oportunidades de

trabalho são predicados que tornam o indivíduo num empreendedor. Por isso é importante que os profissionais aliem a competência técnica à comportamental, evidenciando capacidades de análise crítica, visão sistêmica, trabalhar em equipe e saber se comunicar.

A crise financeira mundial, que ainda estamos vivenciando e sentindo seus reflexos, trouxe novas oportunidades. Apesar de alguns segmentos da economia sofrerem bastante com ela, outros em contrapartida ampliaram o faturamento. Como é o caso, por exemplo, da indústria de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, que encerrou o ano passado com um crescimento superior a 10% e as expectativas permanecem positivas para 2009.

Atento às mudanças, o médico veterinário Paulo César Mesquita do Prado inaugurou recentemente em Curitiba um novo conceito de clínica veterinária. “Trabalho com clínica e cirurgia há 36 anos e sempre senti a necessidade e a dificuldade dos colegas proprietários de consultórios veterinários terem um espaço onde possam realizar cirurgias e internamentos, bem como encaminhar casos que fujam de suas competências. Nosso objetivo é atender em cirurgia geral e ortopédica, clínica de emergências e ainda oferecer opção aos consultórios internarem seus pacientes em nossas instalações. Não atendemos consultas e vacinas, nem serviços de banho e tosa. Atendemos apenas casos de emergência que chegam até nós. Dessa forma, o profissional não tem a preocupação em se desvincular de seu paciente”, conta Paulo, acrescentando que estabelecimentos nestes padrões já existem em São e Rio de Janeiro.

A clínica atende a todas as especialidades e o mais importante, ressalta Paulo, “aqui

é um espaço de discussão e troca de experiências entre nós profissionais”.

Outro exemplo de profissional empreendedor é o médico veterinário Luiz Ary Radünz Gosch, proprietário de um açougue que comercializa apenas carnes orgânicas, no recém-inaugurado Mercado de Orgânicos de Curitiba. “Este é o primeiro açougue brasileiro a comercializar apenas carnes orgânicas, são cortes de bovinos e aves. Em breve pretendo incluir cortes de carneiro, animal que estou produzindo em minha fazenda. Mas, estou tendo certa dificuldade em encontrar um frigorífico certificado para abater os animais, pois toda a cadeia precisa ser certificada: propriedade, abate e comércio”, explica.

Gosch faz um alerta: “a maior parte dos estabelecimentos orgânicos é gerida por nós: médicos veterinários, zootecnistas e engenheiros agrônomos, pois nós já temos conhecimento prévio”.

“Na verdade o empreendedor tem que ter intuição empresarial como algo a mais, isto é, ele tem que estar constantemente em busca da melhor maneira de se estabelecer um motivo para encontrar o verdadeiro sucesso. A verdade é que não existe uma receita pronta, é necessário meter a mão na massa, ou mesmo ver porque um assado fica bom ou ruim. Não espere conseguir resultados sozinhos, há necessidade de se encontrar meios ou pessoas que o ajude a chegar ao caminho certo. E mais, ver além. Estar antes no mercado para atender a demanda de produtos e serviços com confiabilidade e qualidade. Na realidade, o empreendedor precisa ser pró-ativo e não reativo”, finaliza Ivonei Vieira. ●



Gabriela Sguarizi

“Este é o primeiro açougue brasileiro a comercializar apenas carnes orgânicas, são cortes de bovinos e aves.” ●

Gabriela Sguarizi
jornalismo@crm-v-pr.org.br

Trânsito internacional de animais



Stocksxcimg / Abissal

Atualmente, com a globalização e o aumento do trânsito internacional de passageiros é cada vez maior o número de pessoas que desejam viajar com seu animal de estimação para o exterior. Muitas vezes esses animais realmente fazem parte da família e não ficam sem seus donos. Assim, proprietários, principalmente de cães e gatos, que realizam viagens para fora do Brasil, levam consigo seu animalzinho para os mais variados destinos do planeta.

Da mesma forma que alguns países exigem passaporte ou visto de entrada para as pessoas, para os animais também é necessário tomar algumas medidas prévias antes do embarque. Contudo, em vez do passaporte, as autoridades responsáveis pela fiscalização requerem o Certificado Zoosanitário Internacional (CZI), com as exigências sanitárias do seu país atendidas pelos médicos veterinários oficiais do Brasil.

Esse documento é emitido pelos Fiscais Federais Agropecuários com

graduação em Medicina Veterinária nos Serviços ou Unidades de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Como cada país tem sua própria exigência sanitária, é recomendado ao proprietário do animal que verifique junto ao Serviço Veterinário Oficial do país para onde viajará quais são os requisitos sanitários.

A documentação básica para a emissão do CZI é a carteira de vacinação com o comprovante da vacina contra raiva para animais acima de três meses de idade e o atestado de saúde emitido por médico veterinário particular. Caso seja a primeira vacina anti-rábica, será necessário aguardar 30 dias a partir da aplicação para poder realizar a viagem. Já o atestado de saúde do animal tem validade de três dias até sua apresentação ao médico veterinário oficial. As declarações constantes nesse atestado variam de acordo com o país de destino, portanto é prudente sempre consultar os Fiscais do VIGIAGRO com antecedência, evitando assim transtornos desnecessários.

As exigências variam consideravelmente entre os países. A União Europeia, por exemplo, que é uma das regiões mais rigorosas em termos sanitários, exige, além do microchip/tatuagem, a sorologia de titulação para anticorpos contra a raiva com resultado igual ou superior a 0,5 UI/ml. No Brasil, esse exame só é realizado em dois laboratórios: no Instituto Pasteur e no Centro de Controle de Zoonoses, ambos em São Paulo. Caso esse exame tenha sido efetuado no Brasil, as autoridades da União Europeia exigem um período mínimo de 90 dias entre a data da colheita do sangue e a viagem do animal.

Uma vez emitido o CZI, ele geralmente é válido por 10 dias, mas pode ter um prazo maior ou menor dependendo do país de destino. É importante ressaltar que esse documento somente é válido para a saída de cães e gatos do Brasil. Portanto, ele não pode ser utilizado para o retorno do animal ao país. É preciso realizar o procedimento inverso no país de origem para obter o CZI de retorno ao Brasil.

Da mesma forma que alguns países exigem passaporte ou visto de entrada para as pessoas, para os animais também é necessário tomar algumas medidas prévias antes do embarque. ●

Retorno ao Brasil

De acordo com as Portarias 429 e 430 de 1997 do MAPA, para cães e gatos entram no Brasil é necessário apresentar o Certificado Zoossanitário Internacional (Health Certificate), com validade de 10 dias, emitido por autoridade sanitária do país de origem e visado por autoridade consular brasileira antes do embarque, com a vacina anti-rábica com validade de um ano. Vale lembrar que o "passaporte" emitido por países da União Europeia só tem validade em seus países membros, portanto não é aceito para ingressar ao Brasil em hipótese alguma.

Caso haja alguma inconsistência nessa documentação, a legislação brasileira prevê duas situações: sacrifício do animal ou retorno à origem. Não se tem conhecimento dessa primeira opção, mas frequentemente por descuido do proprietário e também da companhia aérea (que é responsável pela verificação dos documentos durante o check-in)

diversos animais, mesmo de origem brasileira, precisam voltar no voo seguinte para o país de onde vieram por não atenderem aos requisitos sanitários do Brasil.

Onde obter o CZI

A emissão do CZI geralmente é realizada nos aeroportos de origem do voo que contam com Serviço ou Unidade do VIGIAGRO, independente da realização de conexões. Por exemplo, se o passageiro embarcará através do Aeroporto Afonso Pena, em Curitiba, parando no Aeroporto de Cumbica, em São Paulo, antes de embarcar para outro país, o CZI será emitido na unidade em Curitiba. Porém, caso o avião saia do Aeroporto de Londrina, Maringá ou Foz do Iguaçu, onde não há VIGIAGRO, e faça conexão em Cumbica, o documento deverá ser emitido no Aeroporto de Guarulhos.

As informações também estão disponíveis na Internet através do site www.agricultura.gov.br, acessando o menu "Serviços", depois clicando em "Vigilância Agropecuária" e "Orientações para viajar com seu animal".

Trânsito nacional

Por fim, é importante destacar que em relação ao trânsito intermunicipal e interestadual de cães e gatos, a Instrução Normativa nº 18/2006, do MAPA extinguiu a exigência da Guia de Trânsito Animal (GTA) para o trânsito de cães e gatos, exigindo, entretanto, que os animais estejam acompanhados de atestado sanitário, conforme o disposto

no art. 3º da referida Instrução: "Art. 3º. O trânsito de cães e gatos fica dispensado da exigência da GTA; para esse trânsito, os animais deverão estar acompanhados de atestado sanitário emitido por médico veterinário devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária da Unidade Federativa de origem dos animais, comprovando a saúde dos mesmos e o atendimento às medidas sanitárias definidas pelo serviço veterinário oficial e pelos órgãos de saúde pública, com destaque para a comprovação de imunização anti-rábica." Atualmente, no Paraná, é exigida a comprovação de imunização anti-rábica para cães e gatos com mais de 90 dias de idade, com validade de até um ano. Porém, poderá ser exigido imunização contra outras doenças, a critério da Defesa Sanitária Animal ou órgão de saúde pública competente. Ademais, deverá ser observada a Resolução nº 844/2006, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que dispõe sobre a emissão de Atestado Sanitário. ●

Para mais informações sobre o trânsito internacional de animais ligue para o VIGIAGRO no Aeroporto de Curitiba - (41) 3381-1299 ou no Aeroporto de Guarulhos - (11) 2445-5956.

Cleverson Freitas

Fiscal Federal Agropecuário - MAPA

Gleci Bahia Mangger

Fiscal Federal Agropecuário - MAPA

Ricardo Franco Simon

Assessor Técnico - CRMV/PR



Pesquisa científica com animais



Stockxchng / Abissal

A justificativa moral para o uso de animais em experimentações científicas fundamenta-se na diferença destes em relação ao ser humano. Porém a validade dos resultados das pesquisas depende do quanto estes são similares ao ser humano. Tal paradoxo torna claro o ângulo da questão, relacionada à moralidade da própria natureza humana.

Conforme evidenciam as pinturas rupestres, desde os tempos pré-históricos o homem observa os animais com a intenção de aprender sobre suas características e obter vantagens.

Da Grécia antiga, parte da coleção Hipocrática (400 a.C.) e do trabalho de Aristóteles (384-322 a.C.) versam sobre estudos realizados em animais. Claudius Galenus de Pergamum (conhecido na língua inglesa como Galen) (129-200 a.C.), físico, é considerado o primeiro a fazer demonstração pública de viviseção em animais e defender tal prática em criminosos.

Francis Bacon (1561-1626) defendeu a utilidade da viviseção em animais como meio de aumentar o conhecimento do homem sobre seu corpo. Recomendou evitar a prática em criminosos, por considerar moralmente repugnante. Este foi um argumento antropocêntrico, tipicamente cristão, defendido previamente por Santo Tomaz de Aquino na Suma Teológica (1225-1274), quem identificava a alma apenas em seres humanos e considerava os animais como objetos desprovidos

de personalidade ou direitos, servindo somente às necessidades do homem.

Já na Idade Moderna (1453 d.C. -1789 d.C.), René Descartes (1596-1650) fortaleceu a idéia dos animais como objetos, quando considerou o corpo dos animais como máquinas, isentos de dor. Neste mesmo período, Voltaire (1694-1778) contrapôs-se a prática da viviseção e a idéia cartesiana de que os animais são insensíveis ao sofrimento.

Na transição da Idade Moderna para a Contemporânea (1789 d.C.), Kant (1724-1804) argumentou contra a crueldade com animais, embora seu raciocínio considerasse irrelevante a condição destes sob o ponto de vista moral. A base do argumento era antropológica, aceitava a benevolência com outras espécies como um reconhecimento dos valores intrínsecos da própria natureza humana.

Foram os trabalhos de Darwin (1859), na Inglaterra, que contribuíram para o esclarecimento do debate sobre as similaridades e diferenças entre o homem e outras espécies. Estes estudos culminaram na aprovação da primeira legislação sobre experimentação animal (The Cruelty Animals Act, 1876).

Nos anos 70 os movimentos em defesa dos animais intensificaram-se em conjunto com outros movimentos sociais, como os direitos civis, movimentos feministas e ambientalistas. A intensificação do debate a respeito da experimentação em animais

provocou o surgimento das primeiras publicações sobre o bem estar animal, definido como o estado do animal que influencia suas tentativas para interagir com o ambiente (diz respeito à necessidade do pesquisador em identificar a severidade dos procedimentos científicos). A partir da década de 80 surgiram os debates sobre ética e na década de 90, sobre direitos dos animais.

A utilização de animais é importante para aperfeiçoar os métodos de prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças que acometem o homem. Estes estudos reduzem o número de indivíduos submetidos a intervenções totalmente experimentais.

Considere-se, porém que nem todo conhecimento decorrente de experimentações em animais podem ser arbitrariamente extrapolados ao ser humano. Este é um dos principais argumentos contra tal prática. Através deste delineamento podem ser estabelecidas analogias com a condição humana, porém a teoria não pode ser confirmada ou negada através de analogias.

Entretanto, é consenso no meio científico que inexistente um modelo de pesquisa ideal para extrapolação aos seres humanos. Por este motivo utiliza-se aquele mais apropriado, fundamentado na continuidade evolutiva entre as espécies, no conhecimento acumulado e na adaptação dos critérios para validação dos modelos experimentais.

A evolução contínua do conhecimento e da complexidade social repercutiu no desenvolvimento de regulamentações éticas relacionadas às ações de experimentação animal. ●

Em síntese, se aceita a necessidade da realização de estudos in vivo, insubstituíveis por modelos in vitro, porém observada a racionalidade e a responsabilidade nos delineamentos experimentais, bem como o respeito aos seres vivos.

Com a intenção de melhorar as condições experimentais, vinculada a expectativa do estudo em proporcionar benefício imediato ou eventual para a sociedade ou animais, sedimentaram-se os princípios conhecidos como os 3Rs, :

- **Recolocação (Replacement)**- sugere a substituição dos animais vertebrados por outros modelos como microorganismos ou animais inferiores sempre que possível;

- **Redução (Reduction)** - recomenda a redução do número de animais utilizados na experimentação ao mínimo necessário;

- **Refinamento (Refinement)** - diz respeito à tentativa constante de minimizar o sofrimento do animal considerando o uso de anestésicos e drogas analgésicas.

A evolução contínua do conhecimento e da complexidade social repercutiu no desenvolvimento de regulamentações éticas relacionadas às ações de experimentação animal. O *Colégio Brasileiro de Experimentação Animal*, baseado em textos internacionais, preconiza os *Princípios Éticos da Experimentação Animal*.

Artigo I

É primordial manter posturas de respeito ao animal, como ser vivo e pela contribuição científica que ele proporciona;

Artigo II

Ter consciência de que a sensibilidade do animal é similar à humana no que se refere a dor, memória, angústia, instinto de sobrevivência; Apenas lhe são impostas limitações para se

salvaguardar das manobras experimentais e da dor que lhe possam causar;

Artigo III

É de responsabilidade moral do pesquisador a escolha de métodos e ações de experimentação animal;

Artigo IV

É relevante considerar a importância dos estudos realizados através de experimentação em animais, quanto a sua contribuição para a saúde humana e animal, o desenvolvimento do conhecimento e o bem da sociedade;

Artigo V

Utilizar apenas animais em bom estado de saúde;

Artigo VI

Considerar a possibilidade de desenvolvimento de métodos alternativos, como: modelos matemáticos, simulações computadorizadas, sistemas biológicos in vitro. O menor número possível de espécimes deve ser utilizado, se caracterizada como única alternativa plausível;

Artigo VII

Utilizar animais através de métodos que previnam desconforto, angústia e dor; considerando que determinariam os mesmos quadros em seres humanos, salvo se demonstrados, cientificamente, resultados contrários;

Artigo VIII

Desenvolver procedimentos com animais, assegurando-lhes sedação, analgesia ou anestesia quando se configurar o desencadeamento de dor ou angústia. Rejeitar, sob qualquer argumento ou justificativa, o uso de agentes químicos e/ou físico paralisante e não anestésicos;

Artigo IX

Caso os procedimentos experimentais determinem dor ou angústia após a pesquisa desenvolvida, aplicar método indolor para sacrifício imediato;

Artigo X

Disponer de alojamentos que propiciem condições de saúde e conforto, adequados às necessidades das espécies animais mantidas para experimentação ou docência;

Artigo XI

Oferecer assistência de profissional qualificado para orientar e desenvolver atividades de transporte, acomodação, alimentação e atendimento de animais destinados a fins biomédicos;

Artigo XII

Desenvolver trabalhos de capacitação específica de pesquisadores e funcionários envolvidos nos procedimentos experimentais, salientando aspectos de trato e uso humanitário com animais de laboratório.

Atualmente há uma tendência da criação de comissões com o objetivo de qualificar, sob o ponto de vista ético, os protocolos de pesquisa envolvendo o uso de animais de laboratório, assumindo caráter educativo e consultivo. ●

Gorgia Bach Malacarne

Procuradora do CRMV-PR

Bibliográficas:

1. WOLFENSOHN, S.; LLOYD, M. Handbook of Laboratory Animal Management and Welfare. Oxford: Oxford University Press. 1996
2. PAIXÃO, R.L. Ethics and Animal Experimentation: What is Debated? Caderno de Saúde Pública do Rio de Janeiro. 15 (sup. 1): 99-110, 1999.
3. RYDER, R. D. Animal Revolution. Changing Attitudes Towards Specie-sism. Cambridge: Basil Blackwell, 1989.
4. THOMAS, K. O Homem e o Mundo Natural Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e os Animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
5. PAIXÃO, R.L. Ethics and Animal Experimentation: What is Debated? Caderno de Saúde Pública do Rio de Janeiro. 15 (sup. 1): 99-110, 1999.
6. RYDER, R. D. Animal Revolution. Changing Attitudes Towards Specie-sism. Cambridge: Basil Blackwell, 1989.
7. DARWIN, C. A origem das espécies. Trad. FONSECA, E. Rio de Janeiro: Hemus, 1981, 471p.
8. RYDER, R. D. Animal Revolution. Changing Attitudes Towards Specie-sism. Cambridge: Basil Blackwell, 1989.
9. PAIXÃO, R.L. Ethics and Animal Experimentation: What is Debated? Caderno de Saúde Pública do Rio de Janeiro. 15 (sup. 1): 99-110, 1999.
10. PAIXÃO, R.L. Ethics and Animal Experimentation: What is Debated? Caderno de Saúde Pública do Rio de Janeiro. 15 (sup. 1): 99-110, 1999.
11. MARQUES, R. G.; MIRANDA, M. L.; CAETANO, C. E. R.; BIONDO-SIMÕES, M. L. P. Rumo à Regulamentação da Utilização de Animais no Ensino e na Pesquisa Científica no Brasil. Acta Cirúrgica Brasileira. 20(3):262-67, 2005.
12. SHARPE, R. Animal Experiments. A Field Technology. In: Animal Experimentation. The Consensus Changes. London: The Macmillan Press Ltd., pp. 11-18, 1989.
13. HELD, J. R. Appropriate Animal Models. Annals of the New York Academy of Sciences. 406:13-9, 1983.
14. BUSS, P. M. Uma Lei Inoportuna Sobre o Uso de Animais em Pesquisas Científicas. Jornal da Ciência. SBPC. Ano XX. N. 576, Junho, 2006.
15. PATON, W. Man and Mouse. Animals in Medical Research. Oxford: Oxford University Press, 1993.
16. RUSSEL, W. M. S., BURCH, R. L. The Principles of the Human Experimental Technique. England: Universities Federation for Animal Welfare. 1992.
17. COLÉGIO BRASILEIRO DE EXPERIMENTAÇÃO EM ANIMAIS. Aní-mais de Laboratório. Disponível em <http://www.bio.ufpr.br/ceea/doc/principios/principioseticos-COBEA.doc>. Acesso em 09/02/09.

Uso prático de opióides para analgesia de cães e gatos

Introdução

Os opióides, na Medicina Veterinária, ainda são subutilizados. Isto se deve ao fato da difícil compra destas drogas pelos profissionais liberais associado ao desconhecimento, ao medo de utilização e até mesmo de resistência à inovação.

Esta classe de fármacos é extremamente útil na prevenção e controle da dor, seja esta de qualquer origem. Obviamente seu emprego deve ser com cautela e após minuciosa avaliação do Médico Veterinário, o qual deve lançar mão dos narcóticos somente nos casos em que seu uso seja justificável e permitido pelo estado de saúde geral do paciente.

Os opióides são drogas que possuem relativa segurança, uma vez que pouco interferem na fisiologia do sistema cardiovascular. Porém, podem provocar efeitos de variados graus na respiração do animal, ocasionando uma depressão respiratória dose-dependente.

Outros efeitos adversos incluem êmese (principalmente com o uso da Morfina) e liberação histamínica com conseqüentes reações adversas imunológicas e alérgicas (p. ex. prurido).

Nos parágrafos seguintes será descrito o mecanismo de ação desta classe de medicamentos e as principais drogas opióides utilizadas na rotina clínica e cirúrgica de pequenos animais.

Mecanismo de Ação

Cada opióide produz efeitos diversos conforme o grau de afinidade pelos diferentes subtipos de receptores opiáceos. Neste momento, é importante ressaltar que os receptores para opióides localizam-se em regiões específicas do organismo (Sistema Nervoso Central e articulações, principalmente) sendo a maior parte destes encontrados na medula espinhal.

Há quatro tipos básicos de receptores opióides: μ (mi), κ (kappa), σ (sigma) e δ (delta), sendo que todos possuem subtipos. Ainda é descrito o receptor ϵ (epsilon), o qual aparentemente possui afinidade pelos peptídeos endógenos (endorfinas). Cada receptor, quando ativado, produz efeitos farmacológicos específicos (Tabela 1).

Tabela 1 – Efeitos nos receptores opióides:

Receptor	Efeitos	Agonistas	Antagonistas
μ (mi)	Analgesia supra-espinhal, depressão respiratória, euforia e dependência química.	- morfina (+++) - fentanil (+++) - meperidina (+++) - buprenorfina (+++) - tramadol (+++)	- nalaxona (+++) - butorfanol (++)
κ (kappa)	Analgesia medular, miose e sedação.	- morfina (+) - butorfanol (+++) - meperidina (++) - fentanil (+) - tramadol (+)	- nalaxona (++) - buprenorfina (++)
σ (sigma)	Disforia, alucinações e estimulação.	- morfina (+++) - meperidina (+)	- nalaxona (++)
δ (delta)	Alterações de comportamento afetivo (?).	- morfina (++) - fentanil (+) - meperidina (+)	
ϵ (epsilon)	Analgesia.	- α -endorfina e δ -endorfina	

Afinidade pelo receptor: (+) discreta, (++) moderada, (+++) grande. (?): efeito duvidoso.
Adaptado e modificado de GÓRNIÁK, S.L., 2002.

Conforme a ação nos diferentes receptores, os opióides são classificados como agonistas (p.ex. morfina, meperidina, etc.), antagonistas (p.ex. nalaxona) e agonistas-antagonista (p.ex. butorfanol e buprenorfina). Os últimos são assim chamados pelo fato de possuírem ações agonistas em alguns receptores e antagonistas em outros.

Os opióides atuam na maioria das células nervosas promovendo hiperpolarização, inibição da deflagração do potencial de ação e inibição pré-sináptica da liberação de neurotransmissores. A ativação do receptor opióide causa a inibição da atividade da enzima adenil-ciclase.

Morfina

É o fármaco modelo desta classe, o qual todos os outros são comparados, principalmente com relação à potência. É um opióide agonista, com ação principal nos receptores μ e σ . Seu período de ação varia de 4 a 6 horas pelas vias parenterais e de 6 a 24 horas pela via epidural.

Usos Clínicos:

Tratamento da dor aguda e profunda, na medicação pré-anestésica e na analgesia trans e pós-operatória. É utilizada em conjunto com anestésicos locais na anestesia epidural e nos bloqueios peri/retro-bulbares. Pode ser empregada como antitussígeno.

Efeitos Adversos:

Hiperexcitabilidade em doses elevadas, euforia, hipotensão, depressão respiratória, prurido, estase urinária. Por aplicação IV pode provocar liberação histamínica acentuada. Em gatos, principalmente, pode causar constipação.

Doses:

Cães – 0,5 a 1 mg/Kg, IM ou 0,05 a 0,4 mg/Kg IV.
Gatos – 0,05 a 0,2 mg/Kg IM.

Meperidina (Petidina)

É um opióide sintético que possui cerca de 20 a 30% da potência da morfina. É uma agonista μ e κ com ação de, aproximadamente, 2 a 4 horas.

Usos Clínicos:

Tratamento da dor aguda e profunda, na medicação pré-anestésica e na analgesia pós-operatória.

Efeitos Adversos:

Muito semelhantes aos da morfina. Não se recomenda seu uso IV em cães devido à alta liberação histamínica.

Doses:

Cães – 5 a 10 mg/Kg IM;
Gatos – 1 a 4 mg/Kg IM.

Buprenorfina

É um opióide agonista parcial dos receptores μ , porém com afinidade por este 50 vezes maior que a morfina. Por esta característica, é resistente ao antagonismo pela nalaxona. Sua potência analgésica é 30 vezes maior que a da morfina, e seu período de ação é longo, entre 6 a 12 horas. Estudos comprovam sua alta eficiência para felinos.

Usos Clínicos:

Medicação pré-anestésica, especialmente em felinos, e como potente analgésico pós-operatório.

Efeitos Adversos:

Depressão respiratória (porém menor que a causada pela morfina). Os transtornos gastrointestinais também são menores.

Doses:

Cães – 0,005 a 0,02 mg/Kg IM ou IV;
Gatos – 0,005 a 0,01 mg/Kg IM ou IV.

Fentanil

Outro opióide sintético muito potente, cerca de 75 a 125 vezes mais forte que a morfina. Porém, possui um curto período de ação, aproximadamente 30 minutos. É um agonista μ .

Usos Clínicos:

Indução anestésica, para analgesia trans-operatória, como parte analgésica da anestesia intravenosa total e para analgesia pós-operatória (apresentação em "patch").

Efeitos Adversos:

É comum depressão respiratória, bradicardia, sialorréia e hipotensão.

Doses:

Cães – 0,04 a 0,08 mg/Kg IM ou IV;
Gatos – 0,02 a 0,03 mg/Kg IM ou IV.

Tramadol

É um opióide considerado atípico por, além de atuar nos receptores opiáceos, interferir na síntese neuronal de norepinefrina e serotonina. É classificado como agonista μ . Sua potência analgésica é 5 a 10 vezes menor que a da morfina. Ainda há poucos estudos de uso veterinário. Seu efeito perdura por 6 a 8 horas.

Usos Clínicos:

Vem sendo utilizado no controle da dor pós-operatória com resultados não confirmados em cães e gatos. Em humanos seu uso é consagrado, principalmente em cirurgias torácicas.

Efeitos Adversos:

Em humanos são pouco frequentes, mas náuseas, vômitos, ataxia e sonolência são comuns. Não provoca depressão do sistema respiratório, nem constipação ou efeitos cardiovasculares graves.

Doses:

Cães – 2 a 4 mg/Kg IM, IV ou VO;
Gatos – 2 a 4 mg/Kg IM, IV ou VO.

Butorfanol

Um fármaco considerado agonista-antagonista, uma vez que possui alta afinidade por receptores μ , mas ao se ligar, não os ativa. Possui moderada ativação nos receptores κ e σ . Sua potência é de 4 a 7 vezes maior que a da morfina e seu período de ação é de, aproximadamente, 4 a 6 horas.

Usos Clínicos:

Na medicação pré-anestésica (sedativo) e como analgésico na dor aguda. Pode ter seu uso como antitussígeno.

Efeitos Adversos:

Aumenta a atividade motora, ataxia e, nos casos em que não se preconiza, sedação.

Doses:

Cães – 0,2 a 0,8 mg/Kg IM ou IV;
Gatos – 0,2 a 1 mg/Kg IM ou IV.

Conclusão

Os opióides são extremamente úteis para vários procedimentos realizados na rotina clínica e cirúrgica de pequenos animais. O aumento do uso desta classe de medicamentos depende de uma maior facilidade no acesso, uma vez que são drogas controladas, e estudo por parte dos profissionais.

O uso correto está associado à correta escolha do fármaco para cada situação específica e grau de analgesia requerido, levando em conta a potência, a latência e o tempo de ação de cada opióide, bem como seus principais efeitos adversos. ●

Helber Parchen

Méd. Vet. residente de Anestesiologia do Hospital Veterinário da UFPR

Entretenimento para animais em cativeiro



Gabriela Sguarzi

Já há algum tempo, instituições que mantêm animais silvestres em cativeiro deixaram de ter como finalidade única o entretenimento do público e passaram também a exercer um importante papel na educação da população e na pesquisa. Um exemplo disso vem ocorrendo no Zoológico do Rio de Janeiro - Fundação RIOZOO, que em conjunto com pesquisadores do programa de Pós-Graduação em Biologia e Comportamento Animal da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) têm estudado o comportamento de pequenos felinos brasileiros.

A Família Felidae está dividida em 36 espécies, das quais oito ocorrem naturalmente no território brasileiro: gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), gato-mourisco ou jaguarundi (*Puma yagouarondi*), gato-palheiro (*Oncifelis colocolo*), gato-do-mato-grande (*Leopardus geoffroyi*), suçarana (*Puma concolor*) e a onça-pintada (*Panthera onca*).

O sistema territorial, bem como o comportamento geral, dessas espécies não é bem conhecido, entretanto é provável que seja similar

ao descrito para felinos de outras regiões do mundo. Em geral, mostram hábito noturno com exceção do Jaguarundi, cuja atividade é diurna (ver "Pequenos Felinos Brasileiros: Desconhecidos e Ameaçados" em CH nº 170). Algumas dessas espécies estão severamente ameaçadas de extinção devido a destruição de seu habitat, caça predatória e comércio ilegal. Esta destruição ou a fragmentação do habitat para o desenvolvimento da agricultura, criação de gado, exploração mineral e assentamentos humanos são as principais causas do declínio dessas populações.

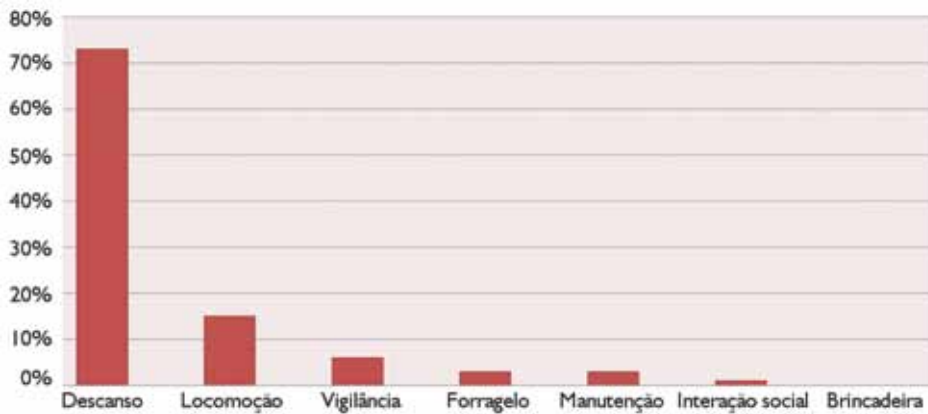
Apesar da relativa adaptação ao ambiente cativeiro e do sucesso obtido atualmente na reprodução de algumas espécies, muitos problemas são observados em sua manutenção. Grande parte desses animais encontram-se em ambientes exíguos e/ou pouco estimuladores o que os induz ao tédio, bem como, a uma redução de seu bem-estar. Ainda, outros problemas freqüentemente observados são: nutrição inapropriada, manejo reprodutivo inadequado, bem como perda de diversidade genética.

Preocupados com essa situação, pesquisadores do RIOZOO e da UFJF têm estudado o

comportamento desses animais junto ao Centro de Reprodução de Pequenos Felinos Neotropicais no Zoológico do Rio de Janeiro, que abriga 14 indivíduos de três espécies (gato-do-mato-pequeno, gato-maracajá, gato-do-mato-grande). As informações obtidas, neste estudo, além de serem importantes para um melhor conhecimento dessas espécies, geram dados científicos para a elaboração de estratégias de conservação e planos de manejo em cativeiro.

Um dos primeiros resultados obtidos pelo grupo foi o Orçamento de Atividade, que é definido como a quantificação do tempo que esses animais gastam em funções importantes para a sua sobrevivência (ver gráfico).

De acordo com estes trabalhos os pequenos felinos apresentam uma alta taxa de inatividade quando comparados com indivíduos em vida livre. O comportamento denominado 'Descanso' foi o mais freqüente em cativeiro, correspondendo a 73% do tempo total. Porém, um resultado animador é que esses animais descansam mais durante o dia que a noite, mantendo o mesmo padrão de atividade dos animais na natureza.



Porcentagem de tempo gasto em cada categoria comportamental para as espécies de pequenos felinos neotropicais (Orçamento de atividade) mantidos no Zoológico do Rio de Janeiro.

O segundo comportamento mais observado foi 'Locomoção', que correspondeu a 15% do tempo total. Em ambiente natural, felinos percorrem grandes distâncias em busca de alimentação, locais de abrigo e parceiros sexuais. Já em cativeiro, a locomoção pode também estar correlacionada ao aumento na taxa de comportamento estereotipado, com deslocamento repetitivo e permanente. Esta estereotipia é definida como um padrão motor repetitivo (relativamente invariável na sua forma), e sem objetivo aparente, cuja presença pode indicar condições inapropriadas de manutenção.

Outros comportamentos registrados para estas espécies, durante o estudo, foram: Vigilância, Alimentação, Manutenção e Brincadeira que em conjunto, compreenderam somente 12% do tempo dos animais. A baixa porcentagem de comportamentos naturais revela a inadequação dos recintos em que são mantidos e a necessidade de ambientes mais estimuladores.

Enriquecimento Ambiental para pequenos felinos em cativeiro

Preocupados com a situação dos felinos em cativeiro estes pesquisadores têm investigado o efeito do Enriquecimento Ambiental no comportamento desses animais. Este tipo de enriquecimento é uma técnica que objetiva um ambiente mais propício a interações, permitindo ao animal cativo apresentar um comportamento mais próximo do observado na natureza para a espécie.

Na prática, o Enriquecimento Ambiental abrange uma variedade de técnicas criativas que visa manter os animais cativos ocupados através do oferecimento de oportunidades

para a execução de comportamentos, e de ambientes mais estimuladores. Por exemplo: o tipo de alimento e a maneira como estes são oferecidos (camuflado, inteiro), assim como a introdução de vegetação, barreiras visuais, diferentes substratos e estruturas para escalar.

Baseado nesses conceitos, nosso grupo de pesquisa têm avaliado o efeito da adição de canela em pó e do catnip (erva-de-gato – *Nepeta cataria*) na modificação dos padrões comportamentais e possivelmente na melhoria do bem-estar desses felinos cativos. Apesar do olfato não ser o sentido primário utilizado pelos felinos para a localização da presa, odores podem ter efeitos importantes para estes animais e são usados na comunicação social, como, por exemplo, na identificação de coespecíficos e também na observação de seu status reprodutivo.

Dados obtidos pelo estudo indicam que apesar do tempo de interação dos animais com o enriquecimento ser relativamente pequeno, os odores influenciaram o comportamento dessas espécies. A presença de canela não aumentou a atividade dos animais, entretanto reduzir de maneira significativa o comportamento estereotipado. Já a adição de catnip também não reduziu as estereotipias, contudo influenciou a expressão de comportamentos naturais. Os animais saíram da caixa, onde dormiam, logo após o oferecimento do enriquecimento e reagiram ao item cheirando os troncos insistentemente e esfregando partes do corpo no local, também foi observado um aumento na marcação do território por meio de urina. Esses comportamentos se estendiam por um curto período, que correspondia, em média, a 2,80% do tempo (à noite). Na madrugada, a interação com o enriquecimento restringia-se a exploração olfativa



Valdir de Almeida Ramos Júnior

Bióloga do Zoológico do Rio de Janeiro - Gabriella Landau Remy - espalhando catnip (erva de gato *Nepeta cataria*) em um tronco localizado no recinto dos felinos. O odor dessa erva estimula os animais afetando seus comportamentos. ●

por curtos períodos nos locais onde foram adicionados esses mesmos odores.

Essas pesquisas corroboram o conceito de que qualquer ação que estimule o aumento na diversidade de comportamentos e consequentemente melhore o bem-estar dos animais cativos são válidas.

Estudos complementares estão em andamento para conhecermos mais profundamente o comportamento dessas espécies, bem como as mais diferentes maneiras de se intervir tanto nos tipos, como nas frequências, dos comportamentos desses animais, e assim podermos criar melhores condições para sua manutenção em cativeiro, já que como apresentado na introdução deste artigo, a viabilidade destas espécies, no meio natural, é a cada dia mais questionável. ●

Valdir de Almeida Ramos Júnior
Gabriella Landau Remy

Biólogos do Zoológico do Rio de Janeiro

Letícia de Souza Resende
Artur Andriolo
Gelson Genaro

Programa de Pós-Graduação em Biologia e Comportamento Animal da Univ. Fed. de Juiz de Fora

A importância do exame eletrocardiográfico em cães e gatos

O eletrocardiograma (ECG) tem origem em 1786; em 1901 W. Einthoven desenvolveu um galvanômetro de fita que funcionava através de um mecanismo de corda e o chamou de eletrocardiógrafo, nomeando o registro na fita de ondas P, Q, R, S e T (4).

Eletrocardiografia é o registro de campos elétricos gerados pelo coração a partir da superfície corpórea (6). O eletrocardiógrafo combina eletrodos no corpo em derivações, constituindo dois pólos (um positivo e um negativo); composto pelas derivações bipolares I, II e III, as derivações unipolares aumentadas avR, avL e avF, e as derivações precordiais unipolares CV5RL, CV6LL, CV6LU e VI0 (2; 4; 6). Trata-se de um método diagnóstico não invasivo, atraumático, indolor, de fácil obtenção e complementar à avaliação clínica, registrado em papel milimetrado (1, 4, 6). É indicado (2, 6):

- Para diagnóstico preciso de arritmias detectadas no exame físico;
- Avaliação pré-cirúrgica;
- Fornece indícios de efusão pericárdica;
- Para monitoração de periocardiocentese;
- Em casos de síncope ou convulsões;
- Na avaliação de pacientes submetidos à terapia com fármacos cardíacos;
- Em casos de cardiomegalia observada em radiografias;
- Registro permanente da frequência e ritmos cardíacos em animais arritmicos;
- Para assegurar um procedimento anestésico seguro e mais eficiente;
- Em animais que apresentem cianose;
- Nas doenças sistêmicas que acarretem miocardite tóxica como na piometra, pancreatite, uremia e neoplasias;
- Em distúrbios eletrolíticos, especialmente em alterações do potássio;
- Em casos de início agudo de dispnéia;
- Para auxiliar no diagnóstico e prognóstico das doenças cardíacas;
- Em check-ups anuais, especialmente em

paciente adultos e idosos.

O exame eletrocardiográfico é realizado com o paciente devidamente acomodado em uma mesa com isolamento elétrico, em decúbito lateral direito (1). Não há necessidade de sedação. Tem duração aproximada de 3 minutos, podendo durar mais caso seja necessária monitoração de eventos arritmicos (2, 6).



Fig.1: ECG - Paciente com arritmia sinusal respiratória

O ECG fornece informações sobre frequência cardíaca, ritmo e condução intracárdica bem como sobre isquemia miocárdica; pode também sugerir a presença de aumento de uma câmara específica, doença miocárdica, isquemia e doença pericárdica (3, 5, 6).

O ECG isoladamente não pode ser utilizado para o diagnóstico de aumento de câmaras cardíacas, insuficiência cardíaca congestiva ou para avaliação das contrações cardíacas (3). O ECG não avalia a anatomia cardíaca bem como a atividade mecânica do coração. (3 e 4)

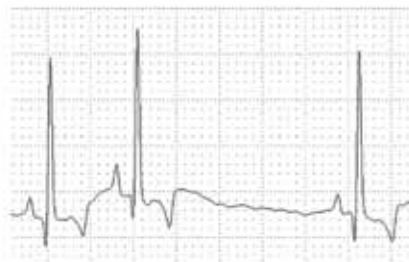


Fig. 2: ECG – Parada Sinusal



Fig. 3: ECG – Tetralogia de Fallot

Portanto com o uso deste recurso diagnóstico podemos assegurar uma anestesia segura e eficaz, realizar exames preventivos de check-up, realizar o correto acompanhamento de pacientes cardiopatas em tratamento e detectar prematuramente uma doença cardíaca, iniciando imediatamente o tratamento e então assegurando uma melhor qualidade de vida aos pacientes.●

Bibliográficas:

1. Eletrocardiografia para o Clínico de Pequenos Animais. 1ª edição – editora Roca – ano 2004. Larry P. Tilley e Naomi L. Burtnick.
2. Manual de Cardiologia para Cães e Gatos. 3ª edição – editora Roca – ano 2002. Larry Patrick Tilley e John- Karl Goodwin.
3. Manual de Eletrocardiografia de Pequenos Animais. FMVZ – USP – ano 2004. Maria Helena Matiko Akao Larsson.
4. Medicina Interna de Pequenos Animais. 3ª edição – editora Mosby Elsevier - ano 2005. Richard W. Nelson e C. Guilherme Couto.
5. Segredos em Cardiologia de Pequenos Animais. 1ª edição – editora Artmed – ano 2006. Jonathan A. Abbott.
6. Semiologia Veterinária – A Arte do Diagnóstico. 1ª edição – editora Roca – ano 2004. Francisco Leydson F. Feitosa.

Patrícia Mara Dainesi Addeo
Méd. Vet. Pós-graduanda em
Cardiologia na Anclivepa (SP)

Milena Yamada Suski
Graduanda na PUC-PR

Novos inscritos

01016.ZP - MAURICIO DE ALMEIDA	08513.VP - RAFAELA SCANAGATTA GALLETTO	08580.VP - RUBENS KIYOSHI BABA	08628.VP - MARIANA MENEZES BOCHIO
01017.ZP - LETÍCIA LORENÇON	08514.VP - FERNANDO GARBELOTTI	08581.VP - EDUARDO YUKIO MURATE	08629.VP - ANDRE AUGUSTO MAESTA
01018.ZP - ANA FLAVIA FERREIRA DA MOTA	08515.VP - MARGARETE BATTISTI CARBONERA	08582.VP - ISABELLA RIBEIRO DA SILVA E A.	08630.VP - JULIANA NEVES DA SILVA AMARANTE
01019.ZP - VITTOR ZANCANELA	08516.VP - GIOVANNE ORLANDO DALLAGO	08583.VP - HENIO AUGUSTO LEMES QUEIROZ	08631.VP - MARCELO MARANGONI
01020.ZP - CARLA RENATA BENITEZ DA SILVA	08519.VP - ARIANE PAULA ROVANI SCOLARI	08584.VP - MARCELO ZAMPAR PINHEIRO	08632.VP - WERNER MENDES MICK
01021.ZP - RONALDO MARTINS DA SILVA	08532.VP - VINICIUS LUIZ TETILA PINEZE	08585.VP - ALBERTO KOJI YAMADA	08633.VP - VICTOR AZUMA
01022.ZP - TAIZE PERINAZZO	08533.VP - JOSIANE LOLATO RIBEIRO	08586.VP - FERNANDO NAKANISHI HAMADA	08634.VP - RENATA NOVAK BENTES
01023.ZP - REJANE HERPICH	08538.VP - RONALDO JOSE BOSCOLO	08587.VP - ALEXANDRE OSEKO KATAYAMA	08635.VP - HEITOR BUENO LEINIG
01024.ZP - WILLIAN OZORIO LEAL ANTUNES	08539.VP - JENIFER SIFUENTES DE SOUZA	08588.VP - MILTON BENELLI FILHO	08640.VP - BRUNO GIAVINHO
01025.ZP - WELINGTON R. MATTANO GEAROLA	08540.VP - VANESSA PETRONILO VIEIRA	08589.VP - LUIZ F. DE CARVALHO BOVOLATO	08637.VP - ADRIANE MOLARDI BAINY
01026.ZP - WILSON RICARDO TONATTO	08541.VP - THIAGO GUEDIN	08590.VP - DIOGO KAZUYA CAVAGUCHI	08638.VP - FERNANDA DE OLIVEIRA CUNHA
01027.ZP - JOÃO MARCOS MARTINS	08542.VP - AMANDA M. DE S. SCHUNTZEMBERGER	08591.VP - GABRIEL DE FIGUEIREDO CAMPOS	08639.VP - PATRICIA MORO
01028.ZP - JOSE MARCELINO PEREIRA	08543.VP - DANIANA PINOTTI E SOUZA	08592.VP - GUSTAVO GOUVEIA DA FONSECA	08640.VP - WERNE FERREIRA TERRES
01031.ZP - LUCIANE FRENEDA MAZZOCHIN	08544.VP - MARIO A. RETZLAFF ANDRADE	08593.VP - MEIQUER FERNANDO GOERLACH	08641.VP - LUANA CELIA STUNITZ DA SILVA
01032.ZP - MAXMILIANO CICERI DE MORAES	08545.VP - MARIANA FRANCO DE GODOY	08594.VP - NATALIE BERTELIS MERLINI	08642.VP - JANAINA HAMMERSCHMIDT
01033.ZP - MÔNICA CHLAD	08546.VP - SILVIA MIYUKI NAGATSUYU	08595.VP - LEONARDO DORNELLES DA ROCHA	08643.VP - RAQUEL DE SOUZA LEMOS
01034.ZP - IVO CLAUDIO LEVISTKI	08547.VP - DOUGLAS JAZEDJE	08603.VP - DIANA LIZ ARGUELLO AGUERO	08644.VP - DIANO CIOPIKA
01035.ZP - GUILHERME TALHARI	08548.VP - PAULA S. FERNANDES DA SILVA	08604.VP - BRENO CASTELLO BRANCO BEIRAO	08645.VP - WANESSA GOMES CIESIELSKI
01036.ZP - LEONARDO RAMIRO DE PAULI FERRI	08549.VP - OSMAIR FLAVIO STUANI	08605.VP - HERBERT LUERSEN DE FARIA	08646.VP - CASSIA C. SANTIAGO DOS SANTOS
01037.ZP - DIOGO VRIESMAN	08550.VP - MARGRIT WELZEL PEREIRA	08606.VP - FERNANDO VIEIRA DOS SANTOS	08647.VP - ANA LETICIA KOLICHESKI
01040.ZP - FRANCIELE CLENICE NAVARINI	08551.VP - MILTON ROGERIO DE BRITO MOTTA	08607.VP - EDER RIVA	08648.VP - JOYCE DE PAULA LEÃO ANTUNES
01041.ZP - JOAO HENRIQUE VERILLO	08552.VP - RAFAEL PEDRO ZENY	08608.VP - PAULO CESAR DALLA VECCHIA	08649.VP - NAYARA HOOGEVONINK
01042.ZP - BARBARA BAGLIOLI	08553.VP - NELSON JOÃO GIRELLI DE OLIVEIRA	08609.VP - LINEU JUNIOR GOMES	08650.VP - ANA C. GRZEGORCZYK KULEK
08482.VP - RENATO HIDEKI SUGUIMOTO	08554.VP - RICARDO BELASCO SANCHES	08610.VP - MARCO A. ALMEIDA DA SILVA	08651.VP - SUELLEN I. ZUCONELLI FONSECA
08483.VP - MARCELLI JOSLIN	08555.VP - ANA CACIA KUTIANSKI	08611.VP - CARLOS EDUARDO DOS SANTOS	08652.VP - DIOGO NORIARI SATO
08484.VP - DAIANA FRANCCINI GOEDERT	08557.VP - DANILO FRANCISCO LOS	08612.VP - PRICILA BALDESSAR	08653.VP - HEIDE WITHOEFT
08485.VP - BETTINA KARLA KAIBER	08565.VP - OTAVIO LAGO COSTA PINTO	08613.VP - ELTON JHONES GRANEMANN F.	08654.VP - RAFAELLA CRISTINA REGINATTO
08486.VP - NORDON RODRIGO STEPTJUK	08566.VP - LEONARDO MAZZON GARCIA	08614.VP - VINICIUS PREISLER	08655.VP - VINICIUS GUARINI FAVERO
08487.VP - LAYLA VELASCO	08567.VP - GIOVANI TOLOTTI	08615.VP - JORGE LUIZ SANDINI DELAZARI	08656.VP - ANDREA MOLARDI BAINY
08488.VP - THIAGO SEBBER ROMANELLI	08568.VP - NATHALIA TREVELIN SANT ANNA	08616.VP - RICARDO SOLIGO BISCARO	08657.VP - KARINA MENDES
08489.VP - LUCAS SANCHES DO PRADO	08569.VP - JOEL ALVARENGA JUNIOR	08617.VP - SAVIO ETIENE GRASSI DE MELLO	08659.VP - RAFAEL BRIGATI FERNANDES
08490.VP - ALEXANDRE LUCAS MUNHOZ	08570.VP - MARCEL BARBOSA FALLEIROS	08618.VP - MARCOS JOSE SBEGHEN	08660.VP - JULIO CESAR MENDES
08491.VP - CAMILA PELLISSON SORGE	08571.VP - TIAGO VAZ CARCERERI	08619.VP - LIA MARA JULIANI COSTA	08661.VP - RAFAEL CONCOLATTO
08492.VP - MARIA APARECIDA VASCONCELOS	08572.VP - FLAVIA R. DE AZEVEDO MARTINI	08620.VP - DAIANI PISANELLI DA SILVA	08662.VP - ANGELO ROBALDO BRAGATO
08493.VP - JACKSON BARGA MORESCO	08573.VP - FRANCIELY BENTHIEN DA COSTA	08621.VP - ALINE FERNANDES TOKIYOSHI	08663.VP - EMANUELLE GUIDUGLI SABINO
08495.VP - ADELIR JOSE DA SILVA	08574.VP - ANA P. AUGUSTO DE ARAUJO M.	08622.VP - BERTHA C. CECATO PIERUCCINI	08664.VP - HENRIQUE SCHWERTNER G.
08496.VP - FABIANO BANCI CARNEIRO	08575.VP - ALINE VIEIRA	08623.VP - JOAO PAULO MENDES LOLLATO	08665.VP - ANDRE LUIS GUIMARÃES FRANCO
08509.VP - MARIANA PEREZ NASCIMENTO	08576.VP - ERIKA FRUHVALLD	08624.VP - DANILO GOUVEIA WASQUES	08666.VP - RICHARD SCHIEFFELBEIN
08510.VP - KELLEN TERRA DE OLIVEIRA	08577.VP - BRUNO FERREIRA BELLO DELVAN	08625.VP - TAIS CASONATO RODRIGUES	
08511.VP - ANA CAROLINA GURGEL KNOPKI	08578.VP - RAPHAEL CAMPAGNOLO DE M.	08626.VP - ADRIANO FERNANDES RAPOSO	
08512.VP - RAMIRO DARRIBA VASCONCELOS	08579.VP - MARCOS ROGERIO OLIVEIRA	08627.VP - CRISTIANE CAROLINE ABADE	

Prima Cancelada

00222.VP - JOAO MARCOS SANTOS MALUCELLI	00806.ZP - MARIA CAROLINA BORKOVSKI	03553.VP - MURILO DELEVEDOVE	06349.VP - ELIANA GIOTTO TIVES
00280.ZP - THELMA CRISTINA DOS SANTOS SOARES	00846.ZP - EDSON LASMAR JUNIOR	04246.VP - FRANCO VIGNE	06604.VP - HELOISE NOGUEIRA CRUZES
00287.ZP - GEISA RIBEIRO LEITAO	00859.ZP - WALLACY B. ROSA DOS SANTOS	04296.VP - TATIANA VALENCA DE SOUZA	06881.VP - CRISTIANE REIKO GOYA
00293.ZP - SIDNEY JOSE GONCALVES	00863.ZP - GABRIEL RAIA CARNEIRO	04498.VP - DEBORA DE SOUZA MOTTA	06988.VP - JULIANA ALCANTARA G. DOS S.
00586.ZP - REINALDO ZAMPIERI NETO	00891.ZP - LILIANE MARIA PIANO	04750.VP - MARCIA BORTOLOSO	07093.VP - KARINI PORTELA HILCKO
00594.ZP - RODRIGO MANFREDINI	00896.ZP - MARCIO FIN GOSSNER	05032.VP - STEPHANE SIMONI GHILHERMINO	07168.VP - LUIZ ANTERO DE OLIVEIRA PEIXOTO
00610.VP - REGINALDO MARQUES PARANHOS	00899.ZP - LORENA CARLA IANTAS	05205.VP - CLAUDINE AKEMI WATANABE O.	07271.VP - ANDRE MELECH DA SILVA
00629.ZP - RENATA ALVES AGULHON	00904.ZP - GIULIANO DALLA PALMA DE SOUZA	05427.VP - PRISCILA MILANELLI GODOY	07382.VP - MICHELLI SCHEIFER
00637.ZP - JAYME APARECIDO POVH	00925.ZP - LEOMAR JACO DUNKE	05488.VP - GRAZIELA DROCIUNAS PACHECO	07435.VP - MIRELA NORO
00658.ZP - SILVIA LETICIA FABRIS	00926.ZP - ALESSANDRA RUSSO	05668.VP - RENATA MARINO ROMANO	07505.VP - SANDRA MARA WAGNER
00694.ZP - JOSE OTAVIO BERTI SORBARA	01305.VP - DIRCEU CESAR CABRAL GOMES	05735.VP - THAIS MICHELE PINHEIRO	07605.VP - CAROLINE RAMOS DA ROSA BELLON
00741.ZP - MARIANE LUISE BONALDO	02225.VP - PAULO AFONSO PERES MARTINS	05832.VP - LUCIANA FRONZA SERAFIM	07907.VP - MARCIA DE SOUZA DA SILVA
	03372.VP - CELIA R. FERNANDES DE FREITAS	05867.VP - MARCIO FEDERIGHI BAISI BRANCO	

Prima Reativada

00201.ZP - ORLANDO RUS BARBOSA	06966.VP - SUZANA LIBORIO MARCUSSE
00550.ZP - MARCELO FARIA CARDOSO	07263.VP - JAQUELINE MORON COTRIM
01623.VP - BRUNO ERNO STECKLING	
03151.VP - SANDRA REGINA TEIXEIRA DA SILVA	
05076.VP - MICHELLY KHEIDY BORGES BATTISTI	
05164.VP - ABEL MARIO DOS REIS	

Secundária Cancelada

00958.ZS - ERICA C. MARCHIORI BANQUERI	06518.VP - MARIALINA STOEBERL
02543.VS - DORNELES A. CARON FILHO	06927.VS - FERNANDA GONCALVES DE O.
03138.VP - LUIS HENRIQUE RIBAS	07532.VP - EDUARDO EITI ICHIKAWA
03702.VS - JOSE RICARDO LOPES VILLAS BOAS	
04233.VS - ALESSANDRA MITIKO ISSAKA	
05731.VP - CLAUDIO INNAMI	

Secundária

01029.ZS - MARCELO BELTRAO DE FILIPPIS
 01039.ZS - JOAO L. RODRIGUES DA SILVA
 01044.ZS - CARLOS EDUARDO UTIYAMA
 01575.VP - MARISA TEIXEIRA TAGLIARI
 01643.VS - ISABEL F. MIRO DE CORDOVA
 06360.VP - KLEBERTON SOUZA DA SILVA
 07143.VP - KELLY CRISTINA DE ANDRADE
 07438.VP - TIAGO A. ZANATTA SALVADOR
 08109.VP - SAMUEL FELIPE BECEGATTO
 08177.VP - FERNANDO FAVERO
 08503.VS - JOSE EUSTAQUIO CAVALCANTE
 08504.VS - THIAGO FIGUEIREDO BIANCARDI
 08505.VS - VANESSA ALBRECHT
 08506.VS - JEAN MICHEL ROTAVA
 08507.VS - MAYSIA MOTTA AGOSTINI N. EL K.
 08508.VS - MARILIA CLAZER
 08530.VS - ANA FLAVIA ROSA ROSATI
 08531.VS - ADRIANA BARUCH
 08602.VS - RODRIGO GRANDINI SARAIVA
 08658.VS - JULHANO PEREIRA

Transferência Concedida

00337.ZP - CARLOS ARNALDO BORTOLATO
 01692.VP - EDSON TROIA
 02005.VP - WALTER CHUGI KONDO
 04413.VP - ANA LUCIA PASCOLI MIRA
 04811.VP - MERCI TERESINHA JACOVAS
 04957.VP - PEDRO CESAR SAVI FILHO
 05260.VP - ALEXANDRE JOSE GERALDO
 05792.VP - EDEMILSON PEREIRA
 05909.VP - ROBSON VENTURA DE SOUZA
 05951.VP - ALEXANDRE MENDES AMUDE
 06096.VP - HERBERT WEEGE
 06503.VP - SIMONE MACHADO PEREIRA
 06562.VP - PEDRO LAURINDO FIORIO JUNIOR
 07041.VP - WELLINTON FAGNER FURLANETTO
 07134.VP - GIORGIO QUEIROZ PEREIRA
 07292.VP - PAOLA JORDANA SILVA
 07311.VP - ALANA GISELLE SERRAGLIO REDIVO
 07552.VP - DANIELA DE OLIVEIRA AFONSO
 07646.VP - CHRISTIAN DOUGLAS NICHELE FIGUEROA
 07814.VP - JOSE VITOR CESTARI RODRIGUES
 07844.VP - ANA CRISTINA PINTO REIS
 08344.VP - PRISCILA VIRGINIA BERNARDI
 08376.VP - JAMILE ZUNINO

Transferência Recebida por Transferência

03599.VP - ENEAS CIRCHIA JUNIOR
 04683.VP - CRISTINA HADDAD SILVA ZAHDJ
 04836.VP - GUSTAVO ALFREDO OLIVEIRA SAUER
 05855.VP - MONIQUE B. LEPPER S. DE O. ALVES
 05998.VP - TATIANA GIORDANO
 06350.VP - FATIMA REGINA DA SILVA ALVES
 06462.VP - BERNARDO KEMPER

Transferência Recebida

00802.VP - ANTONIO C. DO NASCIMENTO
 01030.ZP - EDSON LUIS DE AZAMBUJA RIBEIRO
 01038.ZP - ALEXANDRE OBA
 01043.ZP - CARLOS A. LOPES DE OLIVEIRA
 06275.VP - SILVIA TIEMI ONODA
 07102.VP - RENATE CRISTIANE MANNIGEL
 07843.VP - DENISE PENÇO GRILO
 08044.VP - SERGIO MASSAO TOYODA
 08080.VP - MICHELE YURICA HONAGA
 08479.VP - ANA CRISTINA KRZYZANIAK
 08479.VP - ANA CRISTINA KRZYZANIAK
 08480.VP - SABINE RIPPEL STAHLHOFER
 08480.VP - SABINE RIPPEL STAHLHOFER
 08481.VP - CINTHIA FREITAS DE SOUZA
 08494.VP - ADRIANO GOBOR
 08497.VP - TATIANA CARLESSO DOS SANTOS
 08498.VP - DANIEL BRENTANO
 08499.VP - THIAGO BORGES GARCIA
 08500.VP - THERESA CRISTINA SIMOES DUQUE
 08526.VP - FABIANA LUCENA DE LIMA
 08527.VP - INAIARA CALCAGNO RODRIGUES B.
 08528.VP - KATIA ATOJI HENRIQUE
 08529.VP - RENATO LUIZ ARANTES
 08534.VP - ADRIANO DE OLIVEIRA TORRES C.
 08535.VP - LUCIANA PRUDENTE CICC
 08536.VP - DEBORA CANOVAS CORTEZ
 08537.VP - MICHELE OSHIRO
 08558.VP - JUNIO FABIANO DOS SANTOS
 08559.VP - WILSON GUSTAVO ALMADA DIBO
 08560.VP - EDUARDO PEREIRA MURBACK
 08561.VP - RANULFO PIAU JUNIOR
 08562.VP - LENARA GONÇALVES E SOUZA
 08563.VP - CLAUDIA ACOSTA DUARTE
 08564.VP - GUILHERME FELIPELLI MARTINS
 08598.VP - LUIZ FRANCISCO ZANELLA
 08599.VP - ANGELICA NASCIMENTO DOS S.
 08600.VP - MARINA CHUEIRI
 08601.VP - JOÃO VITOR NERONE

Transferência Concedida por Transferência

006625.VP - ALVARO CESAR ANDREON JUNIOR
 07344.VP - DEBORA REOLON
 07275.VP - JOAO PAULO ORBEN
 08054.VP - GUSTAVO DE ARAUJO MARCHAND

Transferência Reativada

02202.VP - MARCELO CHASSOT BRESOLIN
 03377.VP - MARCIA FERREIRA PINTO DE C.
 05379.VP - RICARDO SALGADO TOLOMEOTTI
 05612.VP - JULIANO LEONIDAS HOFFMANN
 05614.VP - LEILA D. DE SOUZA TOLOMEOTTI
 06006.VP - PAULO CESAR DIAS ALVES
 07348.VP - RAFAELA DE OLIVEIRA LAZARO A.

Profissionais que precisam atualizar o endereço

01963.VP - ABILIO EDSON SOUZA
 04049.VS - ADRIANA FERRAZ
 03800.VP - ADRIANO EDUARDO SILVA E OLIVEIRA
 03048.VP - ALBERTO LUSTOSA RODRIGUES JUNIOR
 02716.VP - ALESSANDRO GOMES MARQUES DE S.
 02748.VS - ALEXANDRE AUGUSTO DE O. GOBESSO
 04225.VP - ALEXANDRE CARNEIRO VALENCA
 00684.ZP - ALEXANDRE MURANO MELATO
 03947.VP - ALEXSANDER LIMAS
 00465.ZP - ANA P. ALMENDRA MEGER CAPELASSO
 01063.VP - ANTONIO EVANIR GOMES SOARES
 03403.VP - ARLINDO MAIA ABUIZI
 00051.ZP - ATILIO PIZZATTO
 00048.ZP - AUGUSTO FRASCHINI TEIXEIRA NUNES
 01803.VP - BEATRIZ FLORIANO
 02004.VP - CLAITON TADEU LOSS STUMPF
 00732.VP - CLAUDIO MARCO RIBEIRO DA SILVA
 02727.VP - CLAYTON HILLIG
 05408.VP - DIOGO MARTINS DE OLIVEIRA
 02579.VP - ELCIO DE CAMPOS SANVIDO
 03155.VP - EVANDRA MARIA VOLTARELLI
 07577.VP - FRANCINE ROMANI
 03959.VS - GEORGEA BIGNARDI JARRETTA
 00655.VP - HAROLDO ANTONIO BATISTA CABRAL
 00976.VP - HUGO JOSE BROWN ARELLANO
 00456.VP - JOAO ANTONIO GARCIA MARTINS
 03548.VP - JOAO DE ALMEIDA ANTUNES NETO
 00314.ZP - JOAO LUIZ DE CASTRO
 02392.VP - JOAO RAMIRO DE SOUZA
 00661.VP - JOSE ANTONIO RODRIGUES VICENTE
 00590.ZP - JOSE BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR
 02940.VP - JOSE FERNANDES SANCHES
 00068.ZP - JOSE WILSON REIS DA COSTA
 00041.ZP - LEO AUGUSTO SGARABOTTO
 03530.VP - LEONARDO CODA
 00395.ZP - LUCIANO SOUZA LIMA
 02026.VP - LUCINEIA MARIA MARTINS KONISHI
 00512.VP - LUIZ CARLOS ROSA
 00332.ZP - MARCELO SANSON E SOUZA
 00305.ZP - MAURICIO DE NASSAU APARECIDO B.
 01708.VP - MAURICIO RAMON PAGUAGA LOPEZ
 00285.ZP - MENDELSON H. BALDASSA MUNIZ
 00341.ZP - MOIZES PIRES DE OLIVEIRA JUNIOR
 00610.ZP - MYLENE MULLER



00194.ZP - ODAIR APARECIDO SANCHES
 02636.VP - PAULO AFONSO DA ROCHA
 00235.ZP - RENE RODRIGUES DE SOUZA
 02656.VP - RICARDO RYUZO ODA
 04687.VP - RODRIGO CAMPANA PEREIRA
 00513.ZP - SANDRO DALLARMI
 00082.ZP - SERGIO ISAO MIZOTE
 04461.VP - SIMONE KERGES BUENO
 01970.VP - SOLANGE DOS SANTOS PEREIRA

Eventos 2009

IV Simpósio Internacional do Cavalo Atleta – VI Semana do Cavalo

Data: 15 a 17 de abril de 2009

Local: Belo Horizonte (MG)

Informações:

www.vet.ufmg.br/eventos

IV Congresso Latino Americano, X Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos, III Encontro Nacional de Centros de Controle de Zoonoses e II Encontro do Sistema Brasileiro de Inspeção de Origem Animal

Data: 21 a 24 de abril de 2009

Local: Florianópolis (SC) / Centrosul

Informações:

www.higienistas2009.com.br

AveSui Regiões 2009

Data: 27, 28 e 29 de abril de 2009

Local: São Paulo (SP) / Expo Center Norte

Informações:

www.avesui.com

Agrishow 2009

Data: 27 de abril a 02 de maio de 2009

Local: Ribeirão Preto (SP)

I Congresso Internacional sobre Nutrição de Animais de Estimação VII Simpósio sobre Nutrição de Animais de Estimação

Data: 7 e 8 de maio de 2009

Local: Campinas (SP)

Informações:

www.cbna.com.br

Zootec 2009

Data: 18 a 22 de maio de 2009

Local: Águas de Lindóia (SP) / Hotel Vacance

Informações:

www.zootec2009.com.br

Conferência Facta/Apinco 2009

Data: 26 a 28 de maio de 2009

Local: Porto Alegre (RS) / Centro de

Exposições da Fiergs

Curso de Especialização em Homeopatia Veterinária

Data: 30 de maio

Local: Curitiba (PR)

Informações:

(41) 3015.0485 / (41) 9962.2550

www.cbhvet.com.br

I ENLAVISA – Encontro Latino-americano de Vigilância Sanitária

Data: 27 a 29 de maio de 2009

Local: Natal (RN)

Informações:

(84) 3211-4358

www.ideiaseventos.com.br/enlavisanatal2009

XVIII Congresso Brasileiro de Reprodução Animal

Data: 1º a 5 de junho de 2009

Local: Belo Horizonte (MG)

Informações:

www.cbna.com.br

46ª Reunião Anual da Sociedade de Zootecnia (DESTACAR)

Data: 14 a 17 de julho de 2009

Local: Maringá (PR)

Informações:

www.reuniaosbz.com.br

34º Congresso Mundial de Veterinária para Pequenos Pequenos Animais

Data: 21 a 24 de julho de 2009

Local: São Paulo (SP) / Hotel Transamérica

Informações:

www.wsava2009

15th International Veterinary Association Congress

Data: 26 a 31 de julho de 2009

Local: Armação dos Búzios (RJ) / Atlântico

Búzios Convention & Resort

Informações:

christina@congrex.com.br

lygia@congrex.com.br

www.cbhvet.com.br

III Congresso Nacional de Saúde Pública Veterinária

Data: 25 a 28 de outubro de 2009

Local: Bonito (MS)

Informações:

abspv@abspv.org.br



Seminários de
RT
CRMV-PR

2009

Informações: www.crmv-pr.org.br

Seminários de RT CRMV/PR 2009

Estão abertas as inscrições para os Seminários de Responsabilidade Técnica de 2009. Ao todo serão promovidos no decorrer do ano em todo o Estado 11 encontros. As próximas cidades a receber o seminário são:

17/Abr - Umuarama
22/Mai - Curitiba
26/Jun - Guarapuava
21/Ago - Cascavel
11/Set - União da Vitória
25/Set - Maringá
23/Out - Ponta Grossa
06/Nov - Pato Branco
20/Nov - Bandeirantes
04/Dez - Curitiba



Informações: www.crmv-pr.org.br